



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR-CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS - PPGSA

AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO
DE CAJAZEIRINHAS - PB

MARIA DO ROSARIO CAVALCANTE DE ALMEIDA

POMBAL

2019

MARIA DO ROSARIO CAVALCANTE DE ALMEIDA

**AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO
DE CAJAZEIRINHAS - PB**

Dissertação apresentada á Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação stricto sensu em Sistemas Agroindustriais – PPGSA, para obtenção do título de mestre.

Orientador: Dsc. Patrício Borges Maracajá

POMBAL

2019

A447a Almeida, Maria do Rosário Cavalcante de.
Agricultura familiar nas comunidades rurais no município de
Cajazeirinhas - PB / Maria do Rosário Cavalcante de Almeida. – Pombal,
2019.
70 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia
Agroalimentar, 2019.
"Orientação: Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá".
Referências.

1. Agricultura familiar. 2. Programas governamentais. 3.
Sustentabilidade. I. Maracajá, Patrício Borges. II. Título.

CDU 631.1.017.3(043)

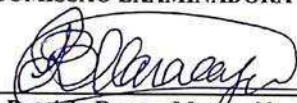
CAMPUS DE POMBAL

**“AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CA-
JAZEIRINHAS-PB”**

Trabalho Final de Mestrado ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre (M. Sc.) em Sistemas Agroindustriais.

Aprovada em 08/04/19

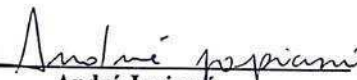
COMISSÃO EXAMINADORA



Patrício Borges Mazacajá
Orientador



Jussara Silva Dantas
Examinadora Interna



André Japiassú
Examinador Externo

POMBAL-PB
2019

Aos meus pais,
Eraldo Almeida Cavalcante (in memória), e
Maria Melquiades Cavalcante de Almeida
por todo o amor
e pela maior herança que me deram,
princípios de dignidade.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus pela saúde e força para enfrentar as diversas barreiras por todo o caminho.

Ao meu esposo e minha mãe, pelo amor, carinho, confiança e atenção e por fazerem parte de mais essa conquista.

Ao meu orientador, Dr. Patrício Borges e a coorientadora Aline Medeiros que me conduziu durante mais de um ano de batalha. Obrigada por toda a atenção e conhecimento que me cedeu neste período.

Aos meus companheiros de turma, pelo apoio, e ajuda.

A Universidade Federal de Campina Grande na pessoa de Dr. Patrício Borges Maracajá, pela oportunidade e apoio durante todo o período que passamos.

A todos os professores do curso, que contribuíram para minha formação e incentivaram todos os pequenos projetos ampliando os conhecimentos adquiridos em sala.

A todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente na conclusão de mais esta etapa de minha vida e que mesmo não citados aqui não deixam de merecer meu agradecimento.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Caracterização da área de Cajazeirinhas.....	28
Figura 2 - localização das comunidades rurais de Cajazeirinhas.....	29
Figura 3 - Perfil/Gênero.....	30
Figura 4 - Perfil/Idade.....	31
Figura 5 - Perfil/Habitação.....	31
Figura 6 - Perfil/Ocupação.....	32
Figura 7 - Perfil/Organização da Agricultura familiar.....	32
Figura 8 - Perfil/quantidade de membros por família que trabalha na produção.....	33
Figura 9 - Perfil/faixa de lucro mensal da propriedade.....	33
Figura 10 - Perfil/principais atividades realizadas na propriedade.....	34
Figura 11 - Perfil/Formas de comercialização dos produtos.....	35
Figura 12 - Perfil/Usuários do PRONAF.....	35
Figura 13 - Perfil/Porcentual do financiamento pelo PRONAF.....	36
Figura 14 - Capacitação e assistência técnica realizadas.....	37
Figura 15 - O incentivo do governo federal.....	38
Figura 16 - A importância da destinação dos produtos comercializados.....	38
Figura 17 - As novas oportunidades de mercados.....	39
Figura 18 - Avaliação da garantia da venda de produção.....	40
Figura 19 - percentual é proveniente da venda garantida.....	40
Figura 20 - Preocupação com a preservação ambiental.....	41
Figura 21 - Destino do lixo orgânico e o lixo reciclável.....	42
Figura 22 - Preservação da mata ciliar.....	42
Figura 23 - Utilização de agrotóxicos na produção.....	43
Figura 24 - Realização da tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos.....	44
Figura 25 - Devolução das embalagens de agrotóxicos.....	44
Figura 26 - Realização da conservação dos mananciais e fontes de água.....	45
Figura 27 - Participação do PAA.....	46
Figura 28 - Participante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	47

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB – Banco do Nordeste Brasil
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
CAE - Conselhos de Alimentação Escolar
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
CGU - Controladoria Geral da União
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GS – Garantia Safra
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAC2 - Programa de Aceleração do Crescimento
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PGPAF - Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PLANAF - Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar
TCU - Tribunal de Contas da União

RESUMO

Neste trabalho apresentamos dados coletados em entrevistas realizadas, analisando a avaliação dos programas governamentais no desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades do município de Cajazeirinhas – PB. A obtenção dos dados foi realizada com aplicação de questionário com agricultores de município. No intuito de observar as necessidades e as dificuldades encontradas no processo de produção e colheita no âmbito rural desses agricultores, o objetivo é caracterizar o trabalhador rural participante da agricultura familiar. Conhecer quem é este público, e a quem se destina este trabalho rural, analisando a importância dos programas de fomento a agricultura familiar, no âmbito socioeconômico e ambiental nas comunidades assistidas pelas políticas públicas no município. Especificando a atuação e as possíveis falhas das políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar, observar as comunidades rurais que trabalham com Agricultura familiar e conhecer os benefícios socioeconômicos e ambientais nas comunidades no município supracitado. Com esta pesquisa pode-se observar também se os trabalhadores participantes da agricultura familiar estão enquadrados na escala potencialmente sustentável, ou seja, se esses agricultores, na sua produção diária, respeitam os princípios da sustentabilidade para com o meio ambiente.

Palavras-chaves: Agricultores familiares. Programas Governamentais. Sustentabilidade.

ABSTRACT

In this work we present data collected in interviews conducted, analyzing the evaluation of government programs in the development of family agriculture in the communities of the municipality of Cajazeirinhas - PB. Data collection was performed using a questionnaire with farmers in the municipality. In order to observe the needs and difficulties encountered in the production and harvesting process in the rural context of these farmers, the objective is to characterize the rural worker who participates in family farming. To know who this public is, and to whom this rural work is destined, analyzing the importance of the programs of foment to familiar agriculture, in the socioeconomic and environmental scope in the communities assisted by the public policies in the municipality. Specifying the performance and possible failures of public policies in the development of family agriculture, evaluating the influence of public policies in reducing rural exodus, observing the rural communities working with family agriculture and knowing the socioeconomic and environmental benefits in the communities in the aforementioned municipality. With this research it can also be observed whether the workers participating in family agriculture are framed in the potentially sustainable scale, that is, if these farmers, in their daily production, respect the principles of sustainability towards the environment.

Keywords: Family farmers. Government Programs. Sustainability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	13
2.2 OS PROGRAMAS OU POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	15
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA	Erro! Indicador não definido. 15
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR.....	17
2.5.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.....	18
2.5.2 Seguro da Agricultura Familiar - SEAF.....	19
2.5.3 Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar - PGPAF.....	19
2.5.4 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.....	20
2.5.5 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....	20
2.5.6 Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.....	21
2.5.7 Garantia Safra – GS.....	22
2.5.8 Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.....	22
2.5.9 Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2.....	23
3. O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS – PB.....	24
3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS.....	25
3.2 AS COMUNIDADES QUE COMPÕE O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS.....	26
4 METODOLOGIA.....	28
4.1 TIPO DE PESQUISA	28
4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	29
4.3 CARACTERIZAÇÕES DA ÁREA DE PESQUISA	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5.1 ANÁLISE DOS DADOS.....	31

5.1.2 Etapa 1 - Caracterização do entrevistado e das atividades produzida na propriedade.....	31
5.1.3 Etapa 2 – Aspectos sociais, econômicos e ambientais.....	38
5.1.4 Parte 3 – Participante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	48
6 CONSIDERAÇÃO FINAIS	50
7 REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE	55
ANEXOS.....	60

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem se destacado muito no Brasil como uma fonte econômica, sabe-se que o país tem uma grande área rural, onde a maioria trabalha com agricultores ou são proprietários de terras que empregam trabalhadores rurais.

Em 2013, alguns pesquisadores usando os dados do Censo de 2006, estimaram que a contribuição da agricultura familiar chegasse a 52% do valor da produção total. Mas, nesse cálculo consideraram agricultura familiar toda propriedade em que metade da mão de obra fosse da família dona do negócio, agregando assim o valor de produção de um número muito maior de propriedades. (Embrapa, 2018).

Diante disso, é interessante ressaltar que a agricultura familiar possui fundamental importância na ocupação do setor rural e na geração de empregos no campo, enquanto agroindústrias e propriedades rurais de grande porte dominam o mercado produtivo destinado à exportação, a agricultura familiar tem crescido.

Diante disso, apesar da relevância da agricultura familiar, é importante ressaltar as dificuldades e falhas existentes, nos diversos âmbitos, social, ambiental e político. Por outro lado, vale ressaltar também os avanços, como por exemplo, a criação do PAA, aonde veio como um grande fortalecimento para a agricultura familiar.

Na região de Cajazeirinhas a Agricultura Familiar incentivou o trabalhador rural a reviver a vida no campo, pois é aquela na qual os produtos obtidos são resultados do trabalho dos próprios agricultores. A produção é feita na área que o agricultor detém e, juntamente com os membros de sua família administram e coordenam todo o processo de plantio, colheita, comercialização e consumo.

Sendo assim, percebe-se que nesta região a agricultura familiar é exercida, principalmente, pelas pessoas de baixo poder aquisitivo, sendo estimulados pelos programas governamentais/políticas públicas onde os agricultores recebem diversos tipos de apoios, dentre eles, o financeiro.

Diante disso, de que forma os programas governamentais contribuí no desenvolvimento da agricultura familiar, nos aspectos socioeconômico e ambiental no município de Cajazeirinhas - PB?

A Agricultura Familiar existe e é destaque nacional, contudo, não deixa de haver problemas enfrentados pelos agricultores e instituições públicas durante a sua execução. Mas diante disso, supõem que: a Agricultura Familiar produz benefícios

socioeconômicos e ambientais nas comunidades assistidas pelas políticas públicas no município de Cajazeirinhas.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho estão organizados em objetivo geral e objetivos específicos. De forma geral, analisar a importância dos programas de fomento a agricultura familiar, Pronaf, PAA, Pnae, PAC2 e GS, entre outros, no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, por meio dos agricultores participantes das atividades agrícolas no município de Cajazeirinhas.

De forma específica, verificar a atuação e as possíveis falhas das políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar; avaliar as comunidades rurais que trabalham com Agricultura familiar e conhecer os benefícios socioeconômicos e ambientais nas comunidades no município supracitado.

Portanto, a escolha do município de Cajazeirinhas para a realização do estudo ocorreu em função do mesmo ser destaque com uma maior área rural e com grande número de agricultores familiares, onde aparentemente, a Agricultura Familiar é bastante atuante na região, uma vez que, nem todos os agricultores estão envolvidos na execução do PAA.

Portanto, o que vai contribuir também para que outros pequenos proprietários de terra se envolvam e se tornem agricultores familiares, diminuindo assim, o êxodo rural e surgindo uma fonte geradora de renda no município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

O contexto no qual se insere a agricultura familiar brasileira é fruto de um processo histórico iniciado a partir da colonização, e que vem sendo influenciado principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos, sobretudo das últimas décadas (SILVA e JESUS, 2010).

Durante séculos a agricultura brasileira voltou-se para as culturas de exportação, a priori com as remessas de pau-brasil para a Europa, tendo maior destaque as culturas da cana-de-açúcar e do café, utilizando para isso o trabalho escravo de índios que aqui habitavam e dos negros vindos do continente africano.

O modo de produção agrícola adotado desde o início da colonização e que se reproduziu ao longo dos séculos, privilegiando oligarquias nos variados contextos políticos vivenciados pelo o país, tinha como base o latifúndio e o sistema de plantio de monoculturas. Esse modelo serviu de plataforma para o que mais tarde seriam as grandes propriedades produtoras de commodities, as quais, em alguma medida, contribuiriam para a problemática da formação social do país (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2012, p. 17).

A “modernização conservadora” contou com incentivos governamentais, como subsídios amparados nos recursos públicos, sobretudo, os operacionalizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR através do crédito agrícola (CAZELLA et al., 2009).

Tendo como os maiores beneficiados os médios e grandes produtores rurais a quem se destinavam os maiores volumes de financiamentos, deixando de fora os agricultores menos abastados que representavam a ampla maioria, uma vez que estes não tinham a estrutura necessária para competir com os médios e grandes produtores, nem capacidade de oferecer aos bancos as contrapartidas exigidas para o financiamento das suas atividades (MATTEI, 2005; CAZELLA et al., 2009).

Nesse contexto, cabe destacar a importância dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e das lutas sociais no campo, agindo em prol dessa classe, sejam eles pequenos proprietários e ou assalariados temporários do campo, reivindicando, políticas públicas que amparassem essa categoria social.

A luta promovida pelos trabalhadores do campo é uma importante dimensão da

questão agrária que culminou na implantação dos assentamentos rurais no Brasil e proporcionou à agricultura familiar conquistar seu reconhecimento junto à sociedade. O processo vigente de regularização fundiária no país está diretamente relacionado as políticas de apoio à agricultura familiar (ESQUERDO e BERGAMASCO, 2011).

De uma maneira geral, até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública com abrangência nacional, orientada para atender as necessidades específicas do segmento social dos agricultores familiares (GUANZIROLI e BASCO, 2010). Porém na segunda metade dessa década, a agricultura familiar foi tomando rumo.

Na esfera governamental, a agricultura familiar foi incluída como propriedade quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em agosto de 1995. Inicialmente era apenas uma linha de crédito para custeio. Depois essa linha de crédito, seguindo as reivindicações da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), culminou na criação do PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) em 1996 (Revista Geografar, 2010).

Para Altafin (2013), ao buscar, na literatura, as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se diversas vertentes, dentre as quais se destacam duas. Na primeira, é considerada que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas.

Já, a segunda vertente defende que a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, porém, com significativas raízes históricas. Nessa vertente, segundo a autora, as transformações vividas pelo moderno agricultor familiar não representam ruptura definitiva com formas anteriores. Pelo contrário, o agricultor familiar mantém uma tradição camponesa, a qual fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

Seguindo essa mesma ideia, para Wanderley (2004), o agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês, na medida em que a família permanece como principal objetivo, definindo as estratégias de produção e de reprodução. Além disso, continua sendo a instância imediata de decisão.

A definição mais difundida do que seja a agricultura familiar encontra-se em Lamarche (1993), que a define como aquela em que os familiares são responsáveis pelo trabalho, pela terra, pelo capital e pela gestão da propriedade. O agricultor que possui

um pedaço de terra e nele produz com seu próprio trabalho e de sua família e com capital proveniente desse trabalho é caracterizado como familiar.

2.2 OS PROGRAMAS OU POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas sociedades modernas existe muita diferenciação social, em atributos, ideias, interesses e valores. Essas distinções tornam a sociedade complexa e geram conflitos entre seus membros. Para que a sociedade possa progredir e sobreviver, o conflito deve ser administrado, e isto ocorre através de duas situações, primeira a coerção, e segundo, a política. Onde a primeira tem a ação de reprimir, e a segunda, fazer valer o direito do cidadão, e ambos podem ter suas reações.

Como bem cita o autor,

A coerção reside na ação de reprimir e conter. Já a política está ligada à força exercida pelo estado para fazer valer seu direito. Como a aplicação da força pode gerar resistência, o custo da utilização da coerção pode ser elevado, e seu uso pode causar muito desgaste para quem o aplica. Em função disso, as sociedades recorrem à política, seja para controlar conflitos ou para construir consensos Rua (2009).

De acordo com Lopes, Amaral e Caldas (2008) “políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade.” Confirmando, Teixeira, Serafim e Moraes (2006) informam que política pública é uma forma de efetivar direitos, intercedendo na realidade social. E para se concretizar é preciso que se traduza em um plano de ações composto por programas e projetos.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA

A política agrícola no Brasil passou a ser acionada de maneira estruturada desde os anos 1960, quando ocorreu a utilização de instrumentos para interferência nos

mercados de produtos, fatores de produção e insumos de crédito (Gasques, Vieira Filho & Navarro, 2010).

Naquela época, os estímulos para o setor agrícola eram interpretados como uma compensação necessária à política macroeconômica que favorecia a industrialização em função da atividade agropecuária (Gasques et al., 2010).

Contudo, Coelho (2001) expõe que já em meados da década de 30 foi realizada uma medida que pode ser considerada como primeiro passo para a prática de uma política agrícola nacional, na qual ocorreu a transferência de responsabilidade da política cafeeira para o governo federal, com a criação do Conselho Nacional do Café.

A década de 1960 foi de grande importância para as políticas públicas da agricultura, período em que o Brasil promoveu um ambicioso programa de modernização da agricultura, com destaque ao crédito rural que viabilizou as transformações que se seguiram.

No ano de 1965 o governo programou o Sistema Nacional de Crédito Rural para financiamento agrícola. Essa política produziu transformações profundas no setor quanto ao emprego, tecnologia, composição da produção e uso e posse da terra (Carvalho, 2001).

Em 1973, o Estado criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e melhorar as condições de vida da população rural. Em 1974 a EMBRATER e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tornaram-se os principais instrumentos básicos, de caráter executivo, para desenvolver a agropecuária nacional (Romaniello & Assis, 2015).

Carvalho (2001) acrescenta que no final da década de 70, a estratégia de modernização da agricultura começou a ser abandonada, em função da crise fiscal que o país enfrentava.

Com a crise da dívida pública, no final da década de 80, Chadad, Jank e Nakahodo (2006) assinalam que o governo reduziu os gastos com políticas agrícolas. Neste cenário, o país deixou de formar estoques reguladores, de garantir preços mínimos, de controlar preços ao longo das cadeias produtivas e, nesta época, ocorreu a liberação comercial e integração econômica, principalmente no âmbito do Mercosul.

Essas mudanças proporcionaram a modernização da agricultura, o aumento da competitividade e a inserção internacional. Contudo, após a redução do apoio das políticas públicas, o produtor nacional ficou exposto aos riscos de produção, preço e

crédito da atividade. Em 1995, o país enfrentou a primeira crise da dívida agrícola (Chadad, Jank & Nakahodo, 2006). Nesta conjuntura, desde 1995, a política agrícola passou a ter novo foco privilegiando a reforma agrária e a agricultura familiar como forma de inclusão social.

De acordo com Mueller (2010), entre 1999 e 2004 o agronegócio passou por um período de prosperidade, no qual os lucros do setor eram elevados, porém em 2005 foram sentidos impactos da estiagem e surtos de infestações de pragas e fungos: o setor entrou em crise. Neste período o governo aprovou pacotes de ajuda voltados ao alívio desta nova crise, como resultado, o país teve safra recorde de 2006-2007.

Estudo realizado por Strassburg, Oliveira, Brachet, Dal Pai, Ilha e Shikida (2015) identificou que as políticas agrícolas e estruturantes aplicadas no Brasil incentivaram a segurança alimentar e nutricional, além de possibilitar a ampliação da discussão sobre o desenvolvimento rural.

No contexto do desenvolvimento rural, o mesmo agrega a visão agrícola e produtivista e, por meio deste, surge uma alternativa para o desenvolvimento dos pequenos agricultores.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar devem diminuir dificuldades como baixa capitalização, obtenção de crédito e proporcionar acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias (Junqueira & Lima, 2008).

Ainda que a agricultura familiar tenha relevante importância, historicamente este setor não foi contemplado por meio de políticas públicas, tendo em vista que durante muito tempo os recursos estatais eram direcionados para as grandes propriedades.

Porém, após alguns anos de luta os pequenos produtores, uma vez que, são formados pela maioria, conseguiu o financiamento de algumas políticas públicas, posteriormente a modernização.

Em função dos estímulos realizados pelo Estado, foi proporcionada a modernização e a reprodução da grande propriedade monocultora, o que deixou a agricultura familiar em lugar inferior na sociedade (Souza-Esquerdo & Bergamasco, 2014).

Somente em 1996 a lacuna de descaso com a agricultura familiar começou a ser sanada, com a criação do PRONAF.

2.5.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem vigência até a atualidade, passou por transformações desde que foi criado, e consiste em estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, meio de financiamento de atividades e serviços rurais e agropecuários para os agricultores familiares.

Como cita o autor,

O PRONAF foi instituído com base nas recomendações feitas pelos Projetos FAO/ INCRA (1994), tendo incorporado, posteriormente, algumas modificações efetuadas na segunda versão desse mesmo Projeto (2000). Na verdade, a proposta de que fosse estabelecida uma linha de financiamento específica para a agricultura familiar era uma discussão antiga, no entanto esta ideia somente foi passível de ser concretizada com a conformação PRONAF. Até esse projeto, os pequenos agricultores eram classificados, pelas normas do Manual de Crédito Rural, como “mini e pequenos produtores”, levando-os a disputar recursos com os grandes proprietários, fato que, conforme foi visto no capítulo anterior, historicamente, foram os principais tomadores do crédito destinado à agricultura (SILVA, 2006).

Sendo assim, a criação deste programa ocorreu em função de mobilizações sociais efetuadas por movimentos sociais da agricultura familiar e também em decorrência de mudanças nos estudos rurais, que começaram a enfatizar a permanência do homem no campo e a importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos (Abramovay, 1998).

Para execução do Pronaf foram criados grupos do crédito para garantir tratamento diferenciado aos diferentes, onde tais grupos têm como critério definidor o nível de renda familiar bruta anual e, assim, a cada nível são oferecidas condições de financiamento diferenciadas (prazos, juros, limites, descontos por adimplência).

Assim, os grupos de renda maior acessam o crédito PRONAF apenas nas condições próximas ao crédito rural da agricultura de maior escala (Mendonça, 2008).

Com a criação do PRONAF teve início também a criação mais programas com medidas destinadas a fortalecer e garantir a produção agrícola dos produtores familiares.

2.5.2 Seguro da Agricultura Familiar - SEAF

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) consiste em auxiliar nos contratemplos climáticos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) disponibiliza o programa destinado a produtores familiares que acessaram o financiamento de custeio agrícola do Pronaf.

Ou seja, o SEAF cobre eventos climáticos adversos como chuva excessiva, seca, geada, granizo, variação excessiva de temperatura, ventos fortes, ventos frios e doença ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequível.

Dessa forma, o agricultor deve aguardar a visita do técnico que efetuará a vistoria de comprovação de perdas. Somente após a liberação da área, poderá ser iniciada a colheita. Não havendo irregularidades na lavoura nem na documentação, o agricultor familiar poderá receber a cobertura do seguro, calculado como valor segurado menos valor apurado da produção obtida.

2.5.3 Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar - PGPAF

O Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) é mais um Programa do Governo Federal que garante aos agricultores familiares que tem financiamento no âmbito do Pronaf a relação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção e nunca inferior.

O programa tem como objetivos: primeiro assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf. Custos que são levantados em reunião de campo com agricultores, ATER, Cooperativas, Sindicatos e Bancos.

Segundo, garantir a continuidade das atividades produtivas da agricultura familiar. Permite ao agricultor a manutenção do ritmo produtivo das atividades cobertas e das vinculadas à produção coberta, dinamismo econômico é mantido. Permite a diversificação da Produção.

E por último, amplia as atividades que o agricultor tem segurança para cultivar. Direcionador dos custos dos agricultores familiares. O agricultor tem por onde delimitar os seus custos de produção e medir sua eficiência produtiva.

2.5.4 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) fornece um amparo técnico de forma gratuita, contínua e de qualidade, principalmente para o pequeno agricultor, é um dos pilares de fundamentação do trabalho da Emater. Isso permite que o agricultor e o Estado cresçam de forma sustentável, gerando renda e qualidade de vida para a população do campo.

A Lei está em vigor desde janeiro de 2010, é um marco de evolução na extensão rural pública no Brasil. Ela é um dos caminhos para que o Brasil alcance a universalização dos serviços da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares.

A assistência técnica pode ser prestada de diversas formas, seja ela através de orientação sobre plantio, colheita, cuidado com a pecuária e outros, como também a apresentação de novas tecnologias, (no caso das máquinas) seja ela complexas ou não, que possam trazer benefícios para o agricultor e pecuarista.

2.5.5 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e

redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. O programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

2.5.6 Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é mais um programa que auxilia a agricultura familiar. Uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991.

O surgimento da CONAB representou um passo importante na racionalização da estrutura do Governo Federal, pois se originou da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente.

A CONAB é a agência oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado.

A Companhia tem como instrumentos básicos a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), programa destinado aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte.

Na área social a CONAB atua em parceria com o PAA, sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos. A Companhia também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar. A

Empresa também atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar, realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia de compra.

2.5.7 Garantia Safra – GS

O Garantia Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Pronaf, voltada para os agricultores familiares. O Garantia Safra tem como beneficiários os agricultores que possuem renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 (um e meio) salário mínimo e que plantam entre 0,6 e 5 hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, entre outros.

Uma vez aderidos ao programa, eles passam a receber o benefício quando o município em que moram comprova a perda de, pelo menos, 50% do conjunto dessas produções, ou de outras a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia Safra, em razão de estiagem ou excesso hídrico.

Os valores do Benefício Garantia-Safra e a quantidade de agricultores a serem segurados pelo GS são definidos anualmente durante a reunião do Comitê Gestor do Garantia-Safra.

Atualmente, o valor do benefício é igual a R\$850, pago em cinco parcelas de R\$170, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal e de acordo com o calendário de benefícios sociais. A medida é uma forma de contribuir para segurança alimentar da família do agricultor, o que dá liberdade para que ele escolha como aplicar o dinheiro.

Mas para que o agricultor participe é necessário que, anualmente, estados, municípios e agricultores façam adesão ao programa por meio da inscrição e pagamento anual dos aportes que tem valores iguais a R\$17 para agricultores; a R\$51 para os municípios; a R\$102 para os estados; e a R\$340, no mínimo, para a União.

2.5.8 Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais

(de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

Creches	1,07
Pré-escola	0,53
Escolas indígenas e quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno	R\$ 0,53

(<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>)

Para ter acesso o programa a escola beneficiária precisa estar cadastrada no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Pois, o repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

2.5.9 Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2

Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

Entre os objetivos do PAC2 destacam-se: universalização do acesso à energia elétrica e à água tratada no campo e na cidade; ampliação da agricultura irrigada;

revitalização de bacias hidrográficas; ampliação do acesso à habitação; expansão das malhas rodoviária e ferroviária e sua integração com portos, hidrovias e aeroportos; e conservação das estradas vicinais, importantes para o escoamento da produção e para a segurança do tráfego nos pequenos municípios.

As ações do MDA, responsável pela operacionalização do PAC2 equipamentos, incluem dotar as administrações municipais de meios para abertura, recuperação, readequação e conservação de estradas vicinais na zona rural de municípios com predominância de agricultores familiares e para mitigação dos efeitos da seca nas regiões do semiárido.

Para tanto, em julho de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Comitê Gestor do PAC lançou a ação de aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais.

Essa ação visa fomentar a infraestrutura de pequenos municípios (abaixo de 50 mil habitantes), por meio da compra direta de retroescavadeira, motoniveladora e caminhão caçamba e posteriormente sua doação, garantindo a melhoria no transporte de produtos e pessoas no meio rural.

Os resultados esperados são melhorias no escoamento da produção principalmente dos agricultores familiares durante as épocas de chuvas e de secas, melhorias no transporte escolar, redução de erosão de terra e da degradação do meio ambiente, incremento do turismo rural e do acesso à água, principalmente nos municípios em situação emergencial de seca.

3. O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS – PB

A cidade de Cajazeirinhas fica localizada no sertão da Paraíba, onde tem limites geográficos municipais – Norte: Pombal e São Bentinho; Leste: Condado; Oeste: Pombal; e Sul: Coremas. Com uma população (IBGE, 2014), de 3.148 habitantes.

A cidade tem uma área territorial de 287,891 km². O relevo consiste em um pediplano arrasado, com elevações residuais alongadas, resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podizólico vermelho-amarelo de composição arenoargilosa, tendo-se localmente latossolos.

A vegetação é Caatinga xerofítica, com a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno a médio porte. A bacia hidrográfica é do Rio Piranhas, sub-bacia do

Rio Piancó. Tem com clima, o semiárido, com pluviometria média é de 600 mm por ano e chuvas distribuídas irregularmente. A economia da cidade basicamente voltada para a agricultura, pecuária e comércio.

3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS

A Agricultura familiar nesse município acontece aparentemente de forma ativa, por ter uma grande área rural, mesmo nos momentos de estiagem, os agricultores familiares asseguraram as produções nas comunidades rurais, com apoio das políticas públicas por parte do governo estadual e federal.

No ano de 2013, por exemplo, os agricultores familiares do município ganharam reforço importante na busca pela convivência com a estiagem que se abateu sobre a região há mais de dois anos: (uma retroescavadeira e uma motoniveladora), que foram e estão sendo usadas na construção de cacimbas para captação de água e na abertura de estradas vicinais, que facilitam a mobilidade e o escoamento da produção.

Nesse período, a estiagem prolongada no semiárido, levou agricultores familiares a mudar de atividades. Ao invés de produção de hortaliças e outros produtos, os agricultores passaram a trabalhar com avicultura, uma escolha que deu oportunidade renda, na qual, contou com o apoio do Governo do Estado, por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PB).

Mas com a volta das chuvas, a produção tem aprimorado mais, ou seja, os agricultores familiares estão conseguindo ampliar a produção e com isso apresentar um produto melhor, diversificando cada vez mais sua produção.

É importante ressaltar que, além do apoio das políticas públicas, tem também o apoio local da Emater. O técnico da Emater trabalha orientando esses agricultores sobre o acesso ao crédito que possa auxiliá-los, (crédito rural do Agro Amigo), na sua produção. Orienta o acesso aos programas governamentais para conhecer os mecanismos de comercialização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Aquisição de Alimento (PAA), entre outros. E, além disso, a realização de eventos.

Durante a Jornada da inclusão produtiva (evento realizado em 2013) organizada pela Emater, são emitidas Declarações de Aptidão do Produtor (DAP), que garantem acesso aos programas sociais do Governo e a financiamento agrícola. Também foram

elaboradas solicitações de crédito ao Pronaf, que serão posteriormente analisadas pelos bancos oficiais.

A Emater também realiza feiras da agricultura familiar com produtos agrícolas: hortaliças, frutas, mel, queijo, bolos, licor, feijão e milho verde, entre outros, que são produzidos pelos próprios agricultores familiares das comunidades rurais. Esses eventos são de grande importância, por que os trabalhadores rurais tem a oportunidade de mostrar e comercializar seus produtos, e também é um acontecimento de conhecimento, lazer e troca de experiência entre técnicos e agricultores.

Este ano foi realizado a 2ª Feira da Agricultura Familiar, tendo a frente à Emater/Cajazeirinhas e a Prefeitura Municipal. Com amplos apoiadores e parceiros o evento ocorreu com uma intensa participação dos moradores urbanos e rurais, e de visitantes de outros municípios.

Nesses eventos são reunidas também instituições parceiras, como: Conab, Cooperar, BNB, Agroamigo, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, secretarias municipais de Agricultura, Saúde, Transportes, Administração, Ação Social e Educação, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Colônia de Pescadores, presidentes de associações de desenvolvimento rurais e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Neste período, o município foi contemplado também com o projeto Semiárido Solar, onde foi o responsável pela instalação de três biodigestores em áreas rurais do município, oferecendo assim a possibilidade de replicação desta tecnologia social em outras propriedades.

Dessa forma, os agricultores do município vêm lutando por meio da agricultura familiar por geração de renda com o apoio das políticas públicas e instituições parceira.

3.2 AS COMUNIDADES QUE COMPÕE O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS

O município tem uma grande área rural que compõe essas comunidades rurais. São vinte e três comunidades: São Brás I, São Brás II, São Brás dos Chicos, Cascão, Canoas, Forquilha, Quilombolas de Vinha, Quilombolas de Umburaninha, Barrento, Melado, Riacho Grande, Serraria, Pau Ferrado, Riacho da Onça, Riacho Fechado, Jacú, Cedro, Carnaubinha, Várzea Alegre, Varzinha, Madrugá, Forquilha de Badá, Bela Vista e São José dos Alves.

Com áreas produtivas para qualquer produção, e também arrodoadas de partes molhadas, rio, açudes, riachos, e, além disso, as tecnologias implantadas pelos programas de governo, estadual e federal, que são as cisternas, tanques de pedras, cisternas calçadão, entre outros.

Ou seja, são comunidades assistidas, e de certa forma, um pouco já estruturada. No que se refere educação e saúde, a população é bem assistida, pois existem escolas e atendimento médico,

Porém, ainda está à mercê de uma melhor qualidade de sobrevivência no sentido social, ambiental e cultural. Pois, ainda existe uma assistência escassa por parte de alguns aspectos. Por exemplo, em algumas dessas comunidades ainda não existe um sistema encanação apropriada de água, para os moradores, ou seja, no período chuvoso a água para o consumo é captada da cisterna, tanques de pedras e outros armazenamentos.

E no período de estiagem a água ainda é carregada dos açudes e de rios em carroças, sem nenhum tipo de tratamento. Não existe também uma coleta de lixo adequado, o lixo é queimado a céu aberto, provocando a degradação do meio ambiente.

No que se refere ao lazer e diversão, também é escasso, só os eventos que tem na própria cidade ou em outras cidades vizinhas. Na questão social, a maioria da população rural já é aposentada ou recebe benefícios governamentais, e utiliza da agricultura familiar para acrescentar a renda ou apenas para o consumo.

Todas essas comunidades trabalham com agricultura familiar, algumas com produtos alimentícios, outras com a pecuária e são assistidas pelas políticas públicas federal, estadual e municipal. Porém, apenas uma comunidade é participante do PAA.

4. METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica, que abordou os assuntos: os programas e políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar e a agricultura familiar no município de Cajazeirinhas.

Conforme Godoy (1995a) a pesquisa documental é constituída pelos documentos que ainda não receberam tratamento analítico e que podem ser reexaminados podendo sofrer novas interpretações.

Essa pesquisa também se caracteriza como uma investigação qualitativa, de caráter exploratório/explicativa como apresentação de um estudo de caso. A pesquisa exploratória visa entender ou interpretar atitudes e motivações que influenciam escolhas e produzem hipóteses.

Como cita GIL,

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002).

Na abordagem será adotada a metodologia quantitativa e qualitativa. Em estudos quantitativos o pesquisador fará medições objetivas e quantificação dos resultados, ele busca evitar distorções na análise e interpretação dos dados, obtendo uma margem de segurança em relação ao que é obtido (Godoy, 1995b).

As análises também apresentará aspecto qualitativo, porque a pesquisa qualitativa considera informações descritivas sobre pessoas, lugares e processos, a partir dos quais o pesquisador busca a compreensão da situação em análise e procura entender o cenário de acordo com as perspectivas dos sujeitos.

Por fim, a pesquisa é exploratória, visa proporcionar maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamentos bibliográficos e entrevistas com pessoas que mostraram resultados sobre o problema pesquisado. E explicativa, pois aproxima o conhecimento da realidade, por que explica a razão e o porquê das coisas (GIL 2002).

4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A metodologia desenvolvida nessa pesquisa compreenderá a abordagem qualitativa que visa avaliar o impacto do Pronaf, (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e outras políticas públicas que acompanham as condições de vida das comunidades rurais no município.

A investigação foi por meio da aplicação coletiva de um questionário aos agricultores que possibilitasse o conhecimento de vários itens, tais como: caracterização do entrevistado, atividade produzida na propriedade, fundos de financiamento, comercialização pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e outros aspectos sociais, econômicos e ambientais. De forma mais clara a pesquisa aconteceu por meio do questionário que se dividiu em três etapas. A primeira demonstrou as características dos entrevistados e da atividade da propriedade rural, a segunda mostrou os aspectos sociais, econômicos e ambientais, por último, a terceira será a participação no PAA.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

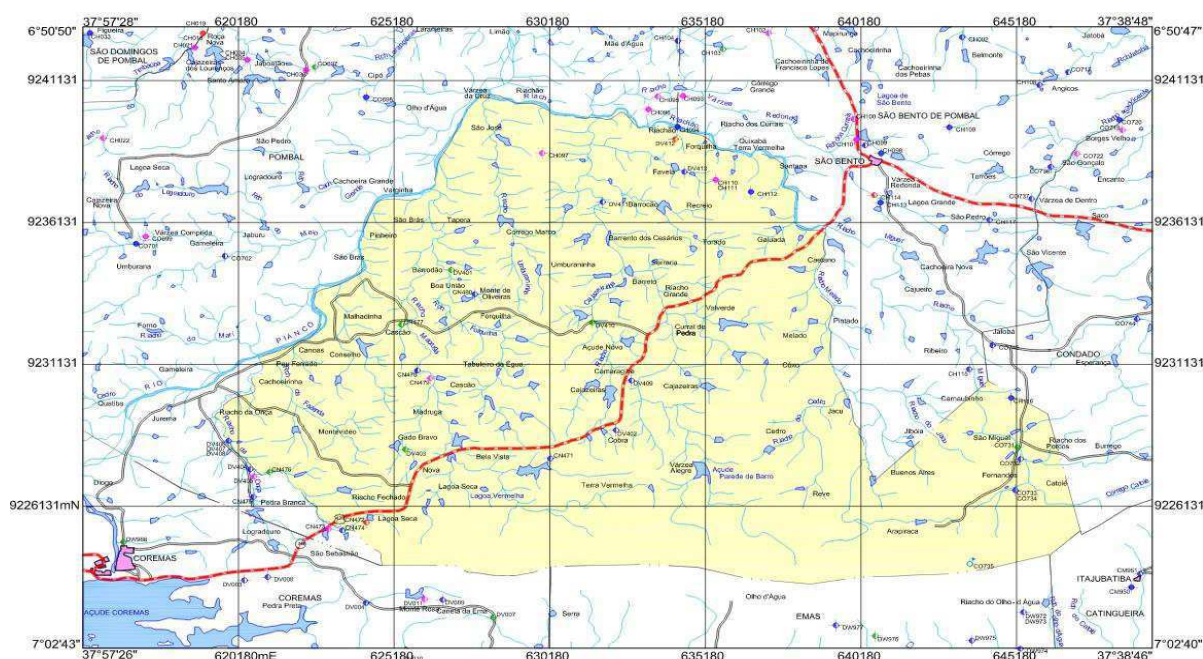
A pesquisa foi realizada no município de Cajazeirinhas – PB, no Sertão da Paraíba, aproximadamente com 3.148 habitantes e com um total de vinte e três comunidades rurais, (São Brás I, São Brás II, São Brás dos Chicos, Cascão, Canoas, Forquilha, Quilombolas de Vinha, Quilombolas de Umburaninha, Barrento, Melado, Riacho Grande, Serraria, Pau Ferrado, Riacho da Onça, Riacho Fechado, Jacú, Cedro, Carnaubinha, Várzea Alegre, Varzinha, Madruga, Forquilha de Badá, Bela Vista e São José dos Alves), porém, apenas quinze agricultores dessas comunidades foram entrevistados.

Figura 1 - Caracterização da área de Cajazeirinhas



IBGE 2010

Figura 2 - localização das comunidades rurais de Cajazeirinhas



EMATER 2018

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram avaliados em duas perspectivas, ou seja, foram analisados quantitativamente quando considerado o número de agricultores, e qualitativamente quando analisadas as respostas e sua relevância na condição social do agricultor. Os dados foram organizados mediante a elaboração e estruturação de figuras em gráficos e tabela para facilitar a interpretação.

5.1.1 Etapa 1 – Caracterização do entrevistado e das atividades produzida na propriedade.

1. Perfil dos entrevistados

Nessa primeira etapa vai caracterizar o perfil dos agricultores, nos seguintes aspectos: Gênero, idade, habitação, ocupação, organizações da agricultura familiar, números de pessoas da mesma família que trabalha na produção, faixa de lucro mensal da propriedade, principal atividade realizada na propriedade, forma de comercialização dos produtos e por último se é usuário do PRONAF (figura 1 á 10)

No que se refere ao perfil dos entrevistados, existe semelhanças entre eles, ou seja, ambos os agricultores, na maioria das vezes, tem o mesmo valor de renda, o mesmo tipo de habitação, ocupação, o lucro mensal, tipo de produção realizada e também a forma de comercialização. Enfim, existem grandes paridades entre os agricultores familiares.

1.2 Perfil/Gênero

Sendo assim, foram entrevistados quinze agricultores, dentre eles, nove (60%) do sexo masculino e seis (40%) do sexo feminino (figura – 3).

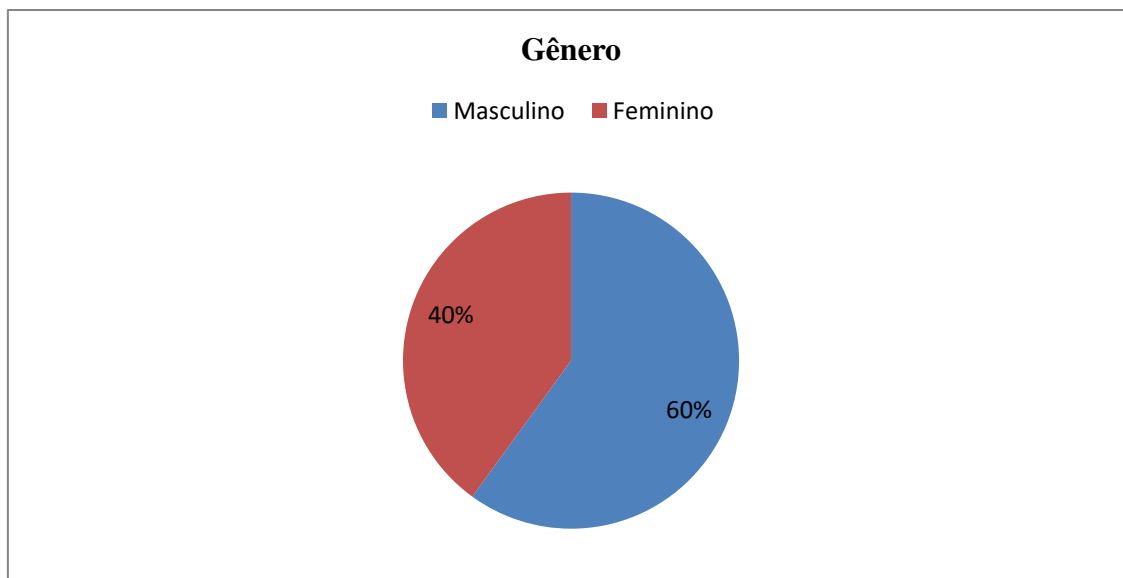


Figura – 3

1.2 Perfil/Idade

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, um (7%) tem de 26 á 35 anos, oito (53%) tem de 46 á 55 anos e seis (40%) tem mais de 55 anos (figura – 4).

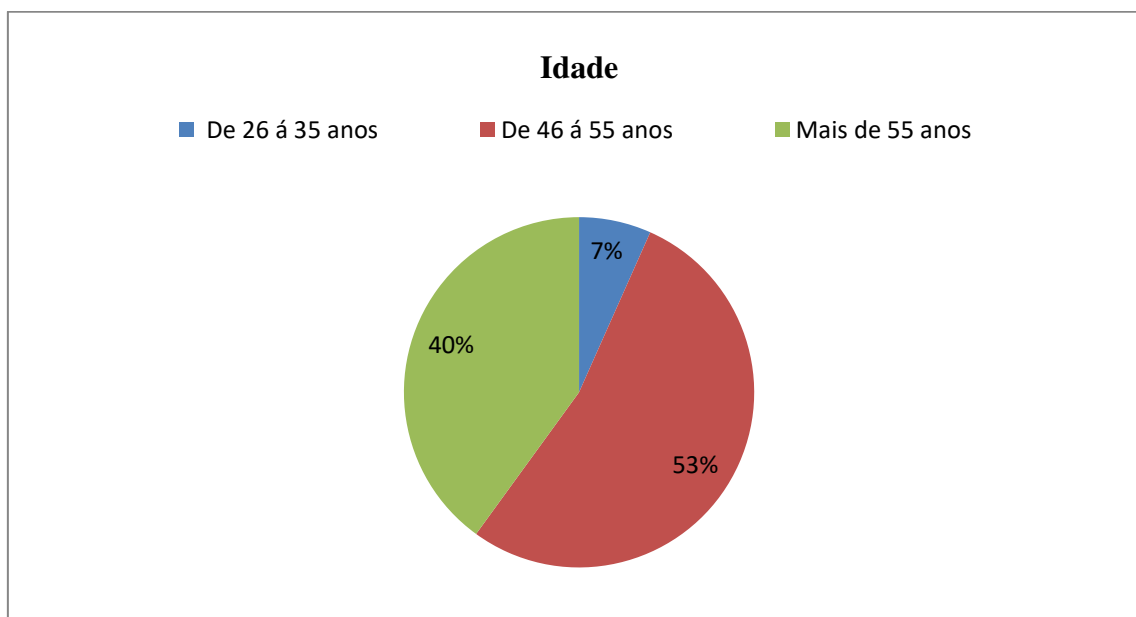


Figura - 4

1.3 Perfil/Habitação

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, dois (13%) reside na zona urbana e treze (87%) na zona rural (figura – 5)

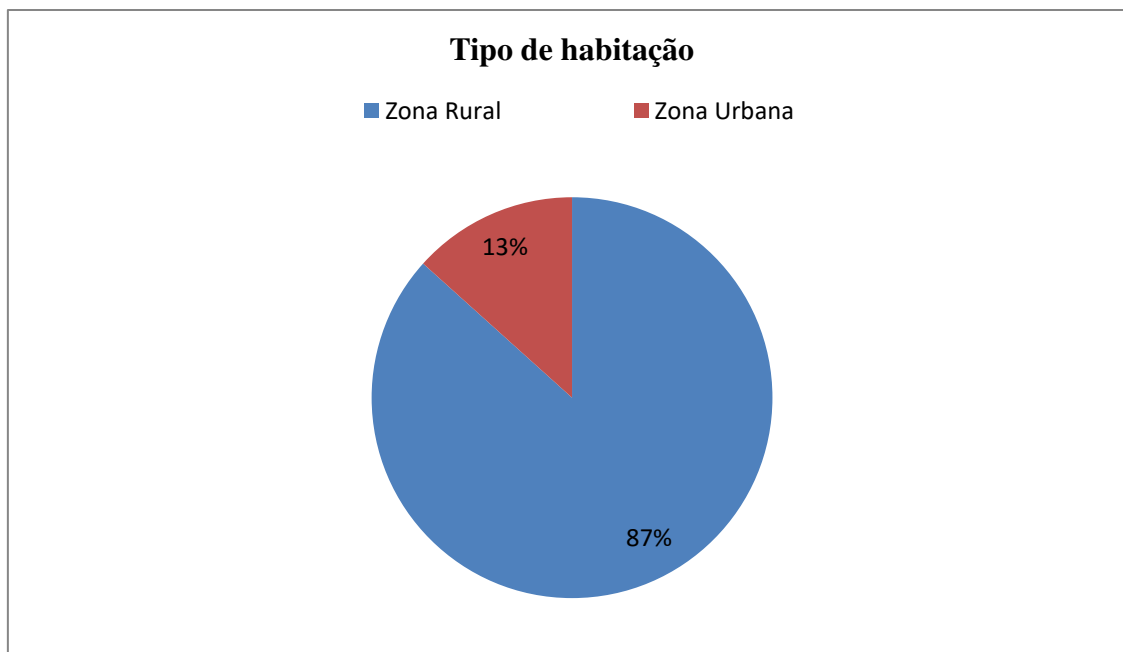


Figura - 5

1.4 Perfil/Ocupação

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, dois (13%) do lar e treze (87%) agricultores, (figura – 6).

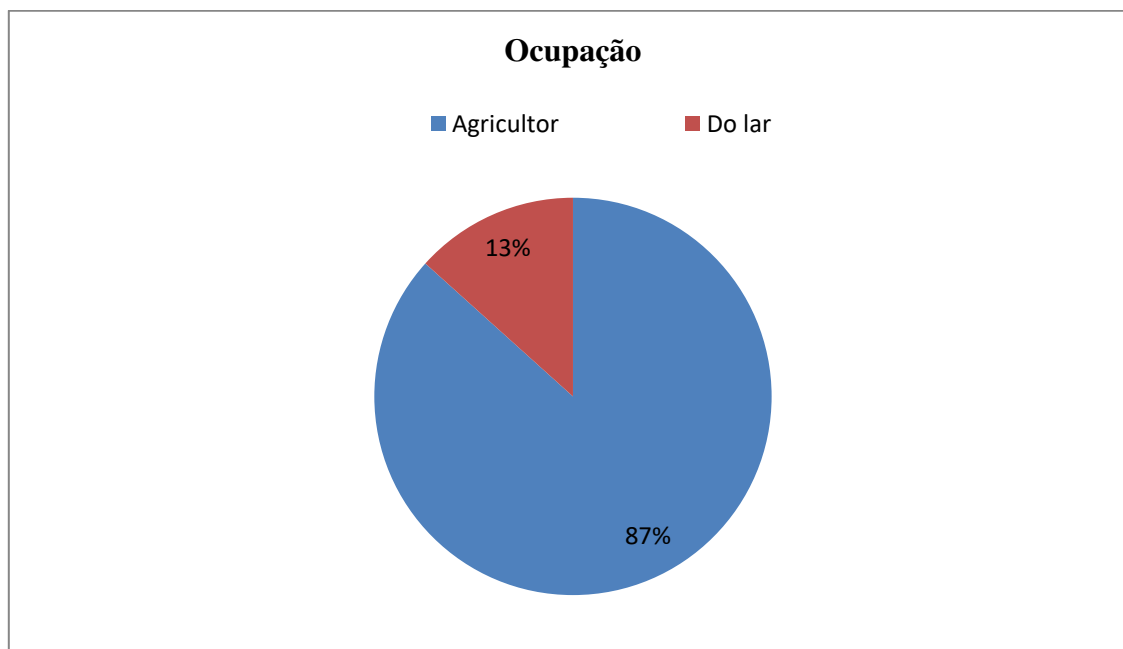


Figura – 6

2.2 Perfil/Organização da Agricultura familiar

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, três (20%) fazem parte de grupo informal e doze (80%) fazem parte de associações (figura – 7)

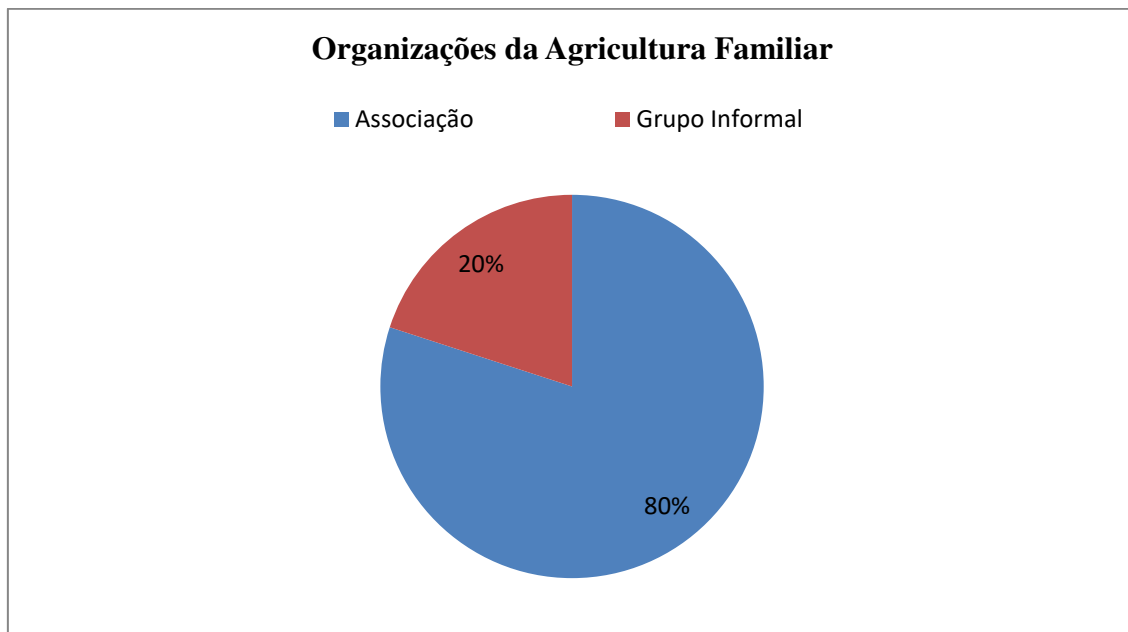


Figura – 7

1.6 Perfil/quantidade de membros por família que trabalha na produção

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, oito (47%) tem de 1 à 3 pessoas e sete (53%) tem de 4 à 7 pessoas (figura – 8).

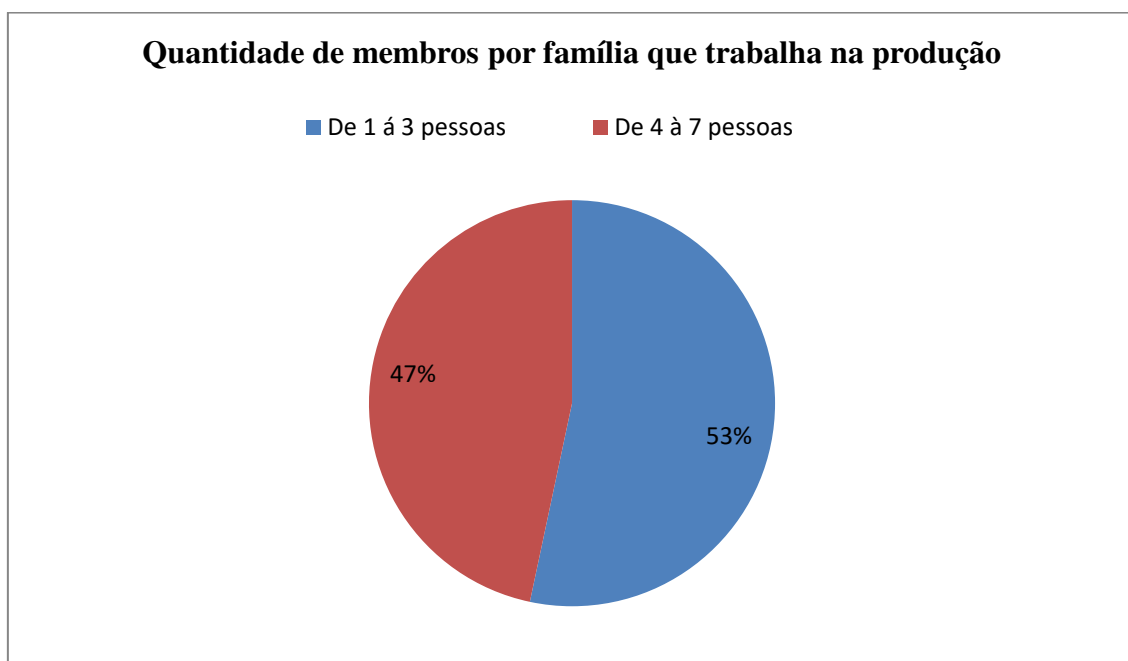


Figura - 8

2.3 Perfil/faixa de lucro mensal da propriedade

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, cinco (33%) ganha de 100 á 200\$, uma (7%) ganha de 300 á 400\$, cinco (33%) e quatro (27%) ganha até 1500\$ (figura – 9)

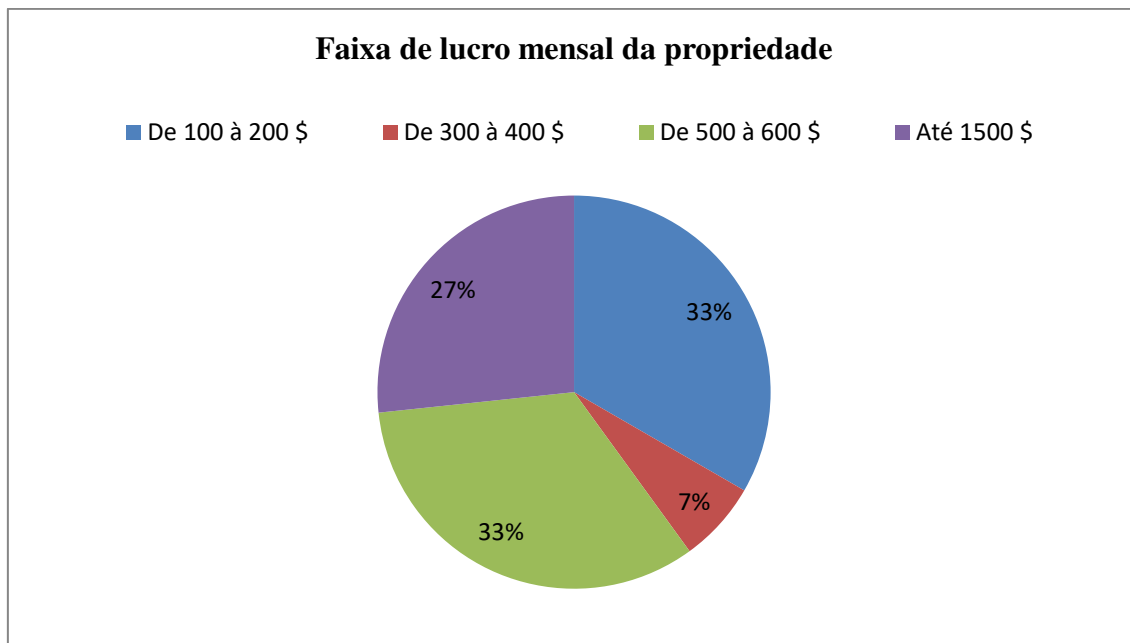


Figura - 9

2.4 Perfil/principais atividades realizadas na propriedade

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, um (6%) produz corte de pecuária, um (6%) produz doce, quatro (27%) produção de hortaliças e nove (60%) produção grãos (milho, soja, feijão, etc), (figura – 10).

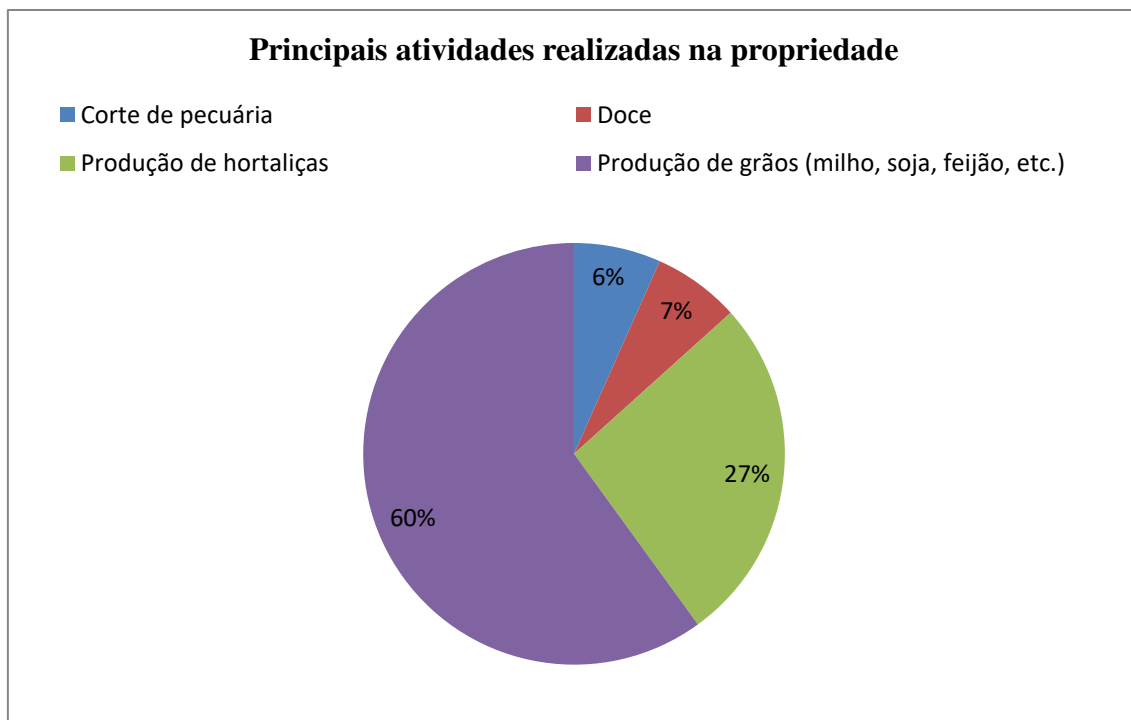


Figura – 10

2.5 Perfil/Formas de comercialização dos produtos

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, um (7%) comercializa para PAA, um (7%) comercializa em supermercados, dois (13%) comercializa em porta, quatro (26%) usa apenas para o consumo, sete (47%) comercializa em feiras (figura – 11)

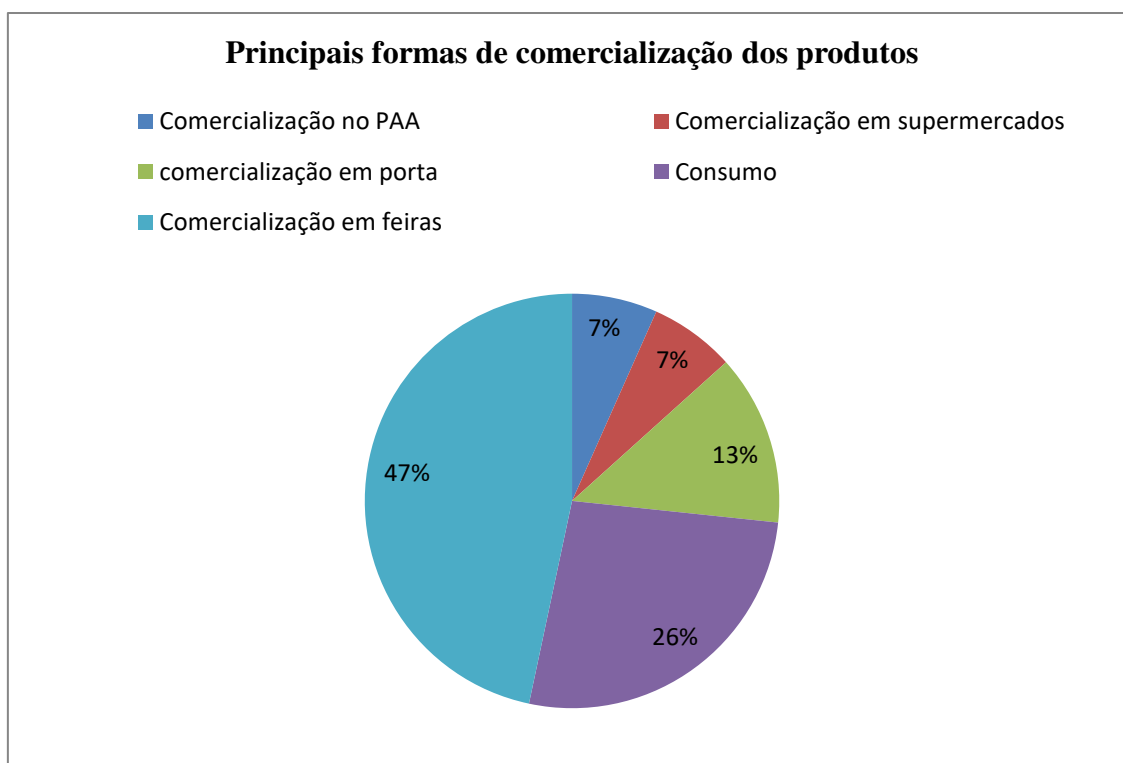


Figura - 11

2.6 Perfil/Usuários do PRONAF

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, onze (73%) é usuário do PRONAF e quatro (27%) não é usuário do PRONAF (figura – 12).

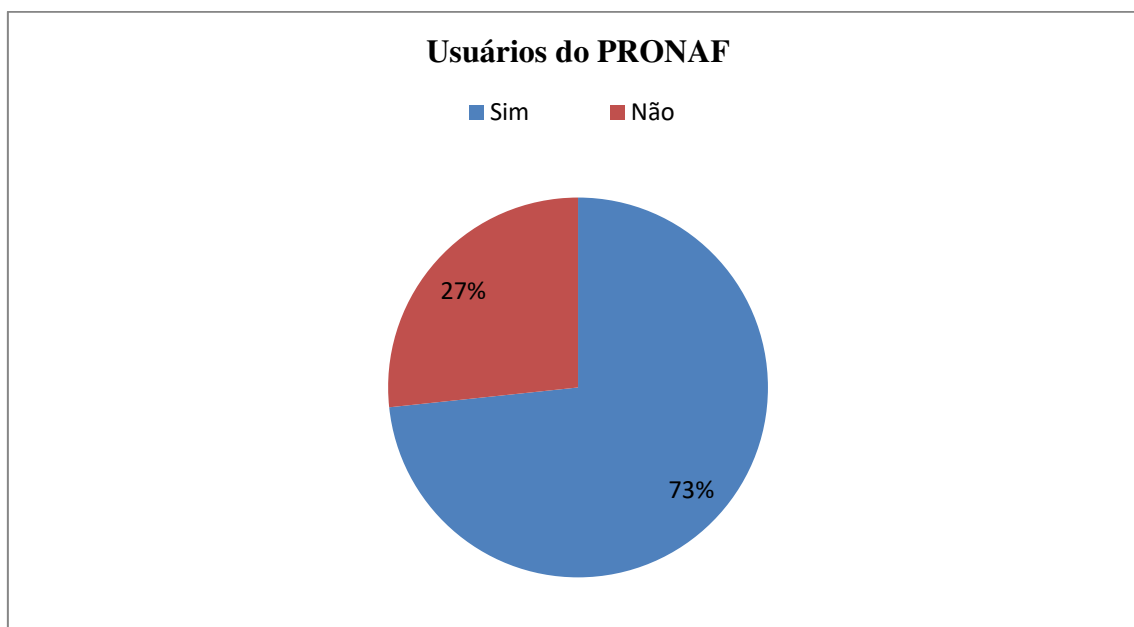


Figura - 12

1.11 Perfil/Porcentual do financiamento pelo PRONAF

Dos onze agricultores familiares entrevistados que é usuário do PRONAF, dez (91%) consegue valo total nos seus financiamentos, e um (9%) tem 50% do valor de seu financiamento (figura 13).

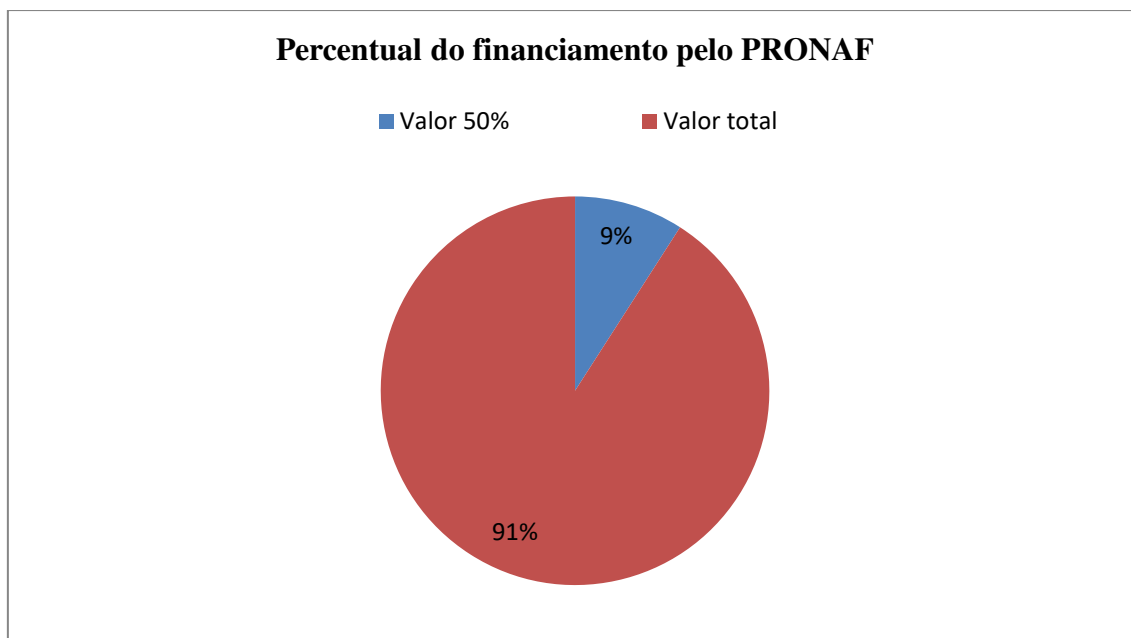


Figura - 13

5.1.2 Etapa 2 – Aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Nessa segunda etapa vai caracterizar os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores em relação às propriedades e a avaliação dos incentivos governamentais para o trabalhador rural.

No que se refere aos aspectos sociais foram: capacitação e assistência técnica pela Emater, o incentivo do governo federal, estadual e municipal e a importância da destinação dos produtos comercializados (figura 14 á 16).

Nos aspectos econômicos foram: a avaliação das oportunidades de mercado para vendas de produtos, a garantia da produção e o percentual da venda garantida (figura 15 à 17).

Nos aspectos ambientais foram: a preservação do meio ambiente, o destino adequado do lixo, a utilização de produtos agrotóxicos e das embalagens e a conservação dos mananciais e fontes de água (figura 20 á 26).

2.1 Aspectos Sociais

2.1.1 Capacitação e assistência técnica realizada pela Emater, cooperativa, sindicato, prefeituras, dentre outros.

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, seis (40%) afirmou que a assistência técnica é boa e nove (60%) afirmou ótimo (figura – 14).

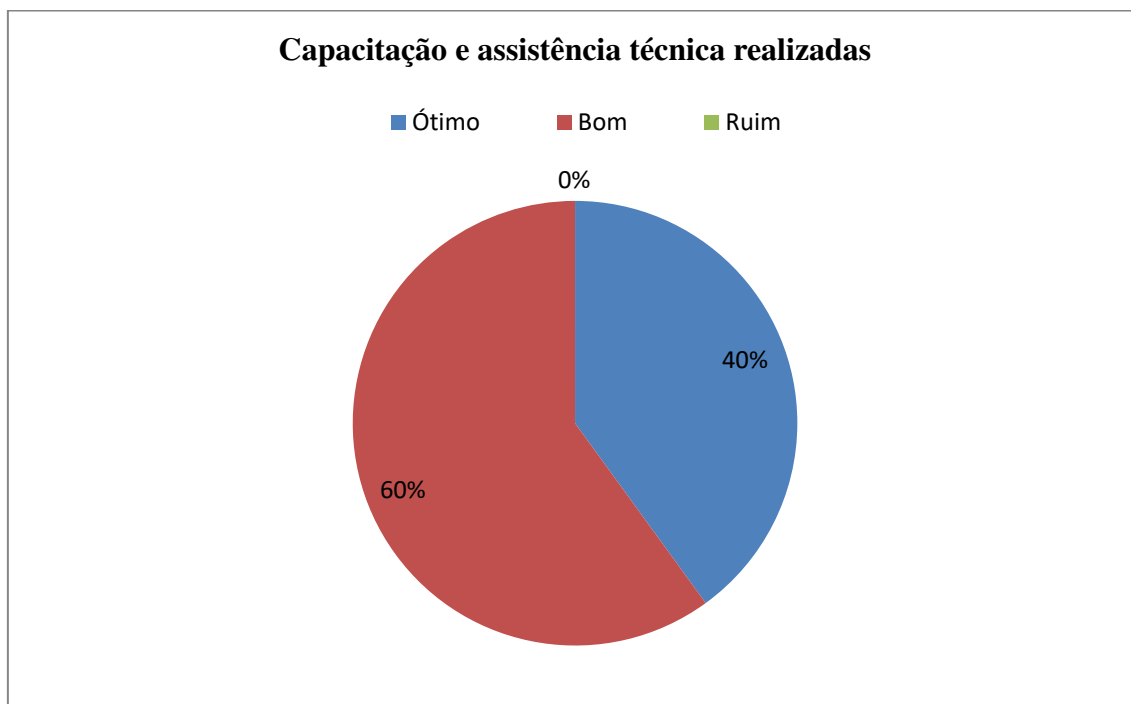


Figura – 14

2.1.2 O incentivo do governo federal, estadual, municipal a permanência do pequeno produtor.

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, seis (40%) afirmou que o incentivo das esferas governamentais é bom e nove (60%) afirmou que é ótimo (figura – 15).

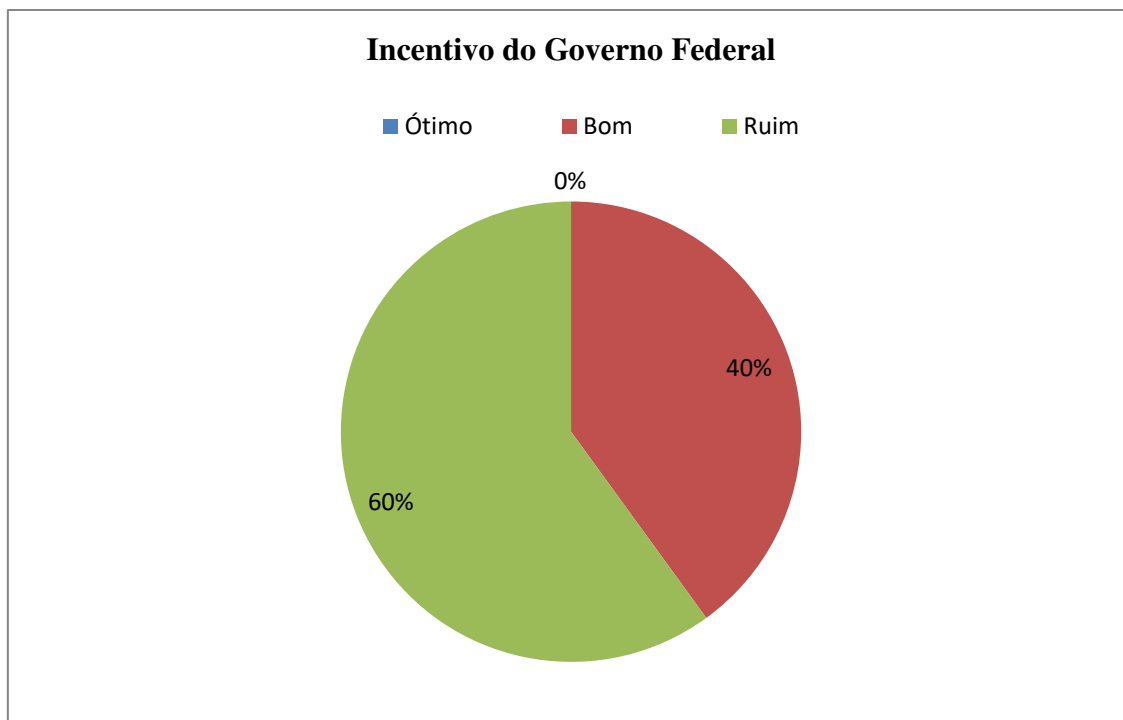


Figura - 15

2.1.3 A importância da destinação dos produtos comercializados ((quem irá consumi-los, escolas, restaurantes, etc.)

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, sete (47%) afirmou que a importância da destinação dos produtos deve ser boa e oito (53%) afirmou que deve ser ótimo (figura – 16).

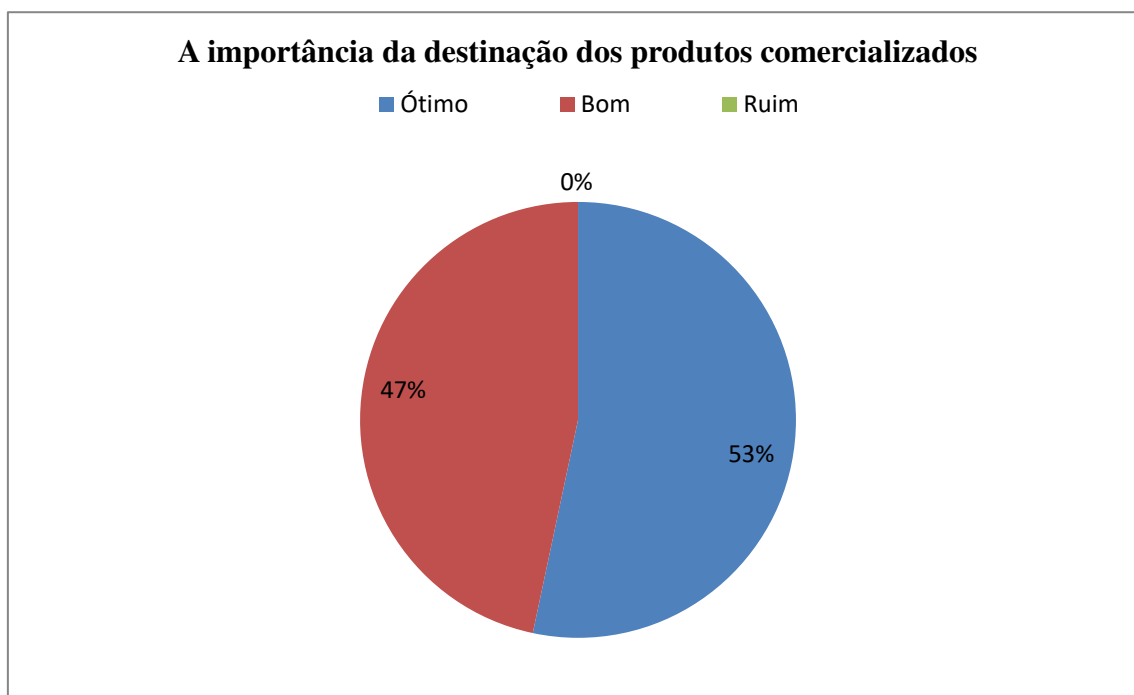


Figura – 16

2.2 Aspectos econômicos

2.2.1 As novas oportunidades de mercados que surgiu para vendas de produtos, (feiras, supermercados, PAA municipal) nos últimos cinco anos.

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, um (7%) afirmou que a avaliação nos últimos cinco anos de vendas de produtos no mercado foi ruim, oito (66%) afirmou bom e dez (27%) afirmou ótimo (figura – 17).

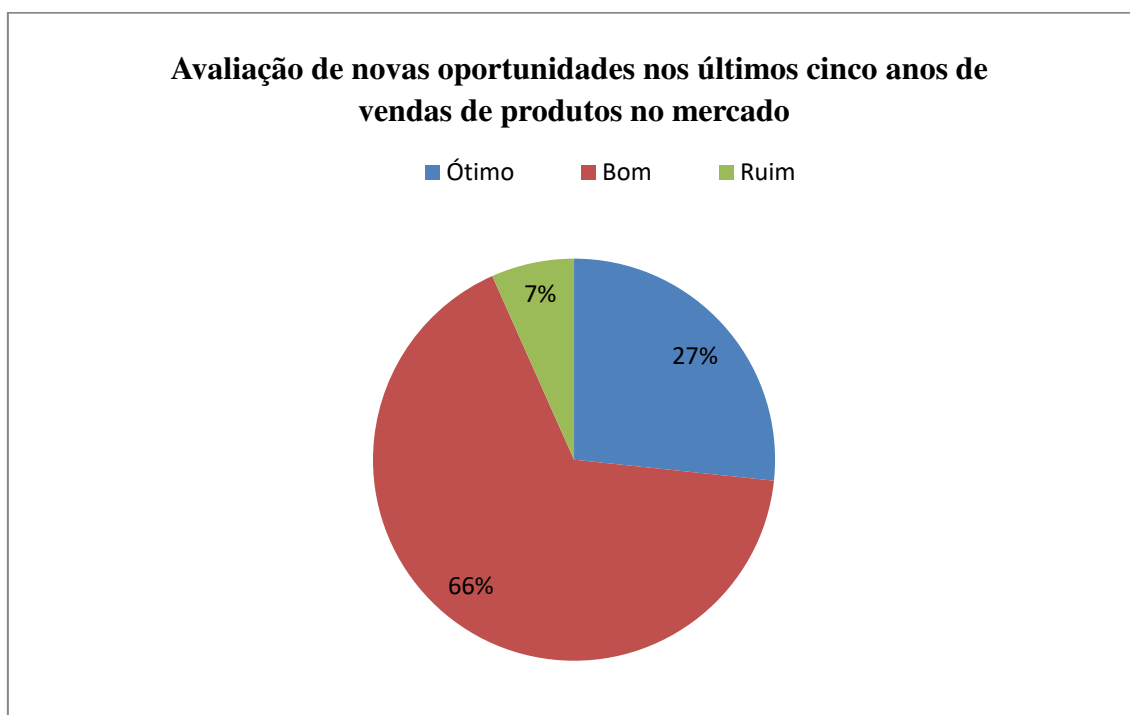


Figura - 17

2.2.2 Avaliação da garantia da venda de produção.

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, dois (13%), afirmou que a garantia da venda de produção era boa e dez (87%) afirmou que era ótima (figura – 18).

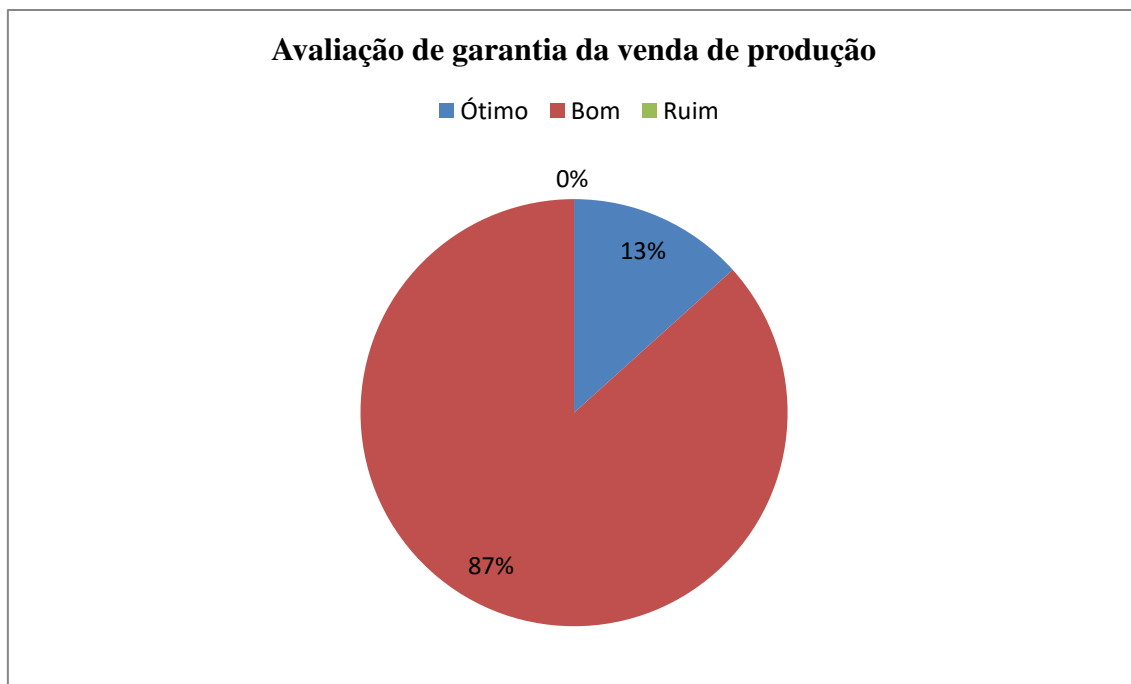


Figura – 18

2.2.3 Do total da renda, o percentual é proveniente da venda garantida, (com preços garantidos).

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, um (7%), afirmou que o percentual de venda garantida era ruim, um (7%) afirmou era ótimo e 13(86%) afirmou bom (figura – 19).

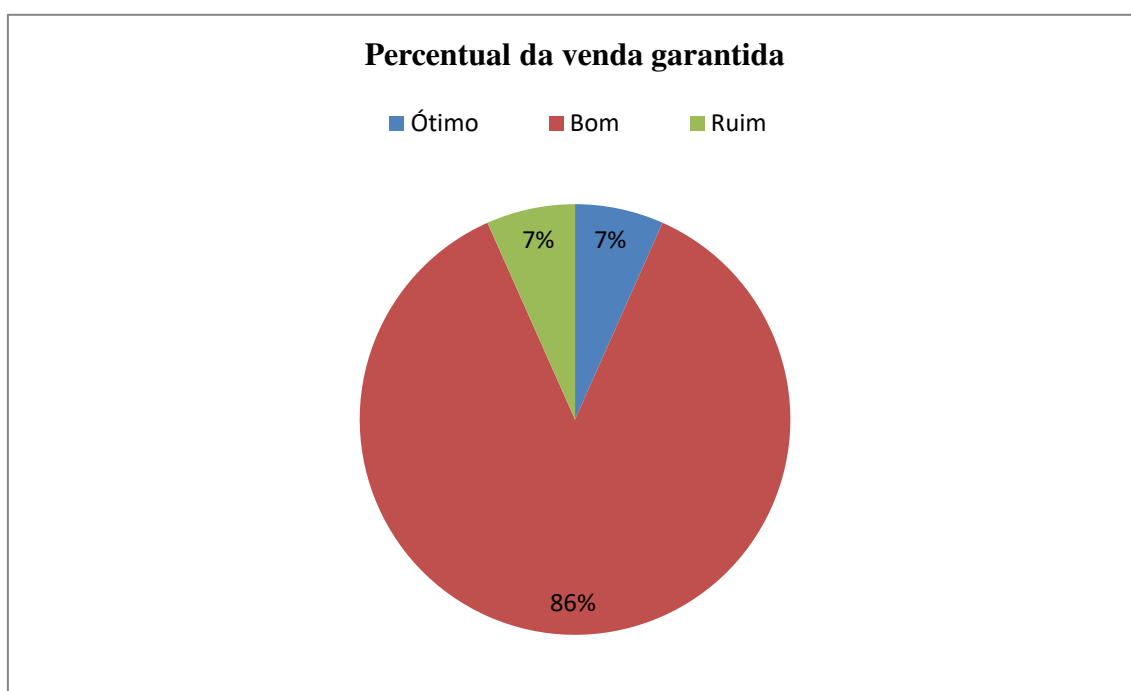


Figura – 19

2.3 Aspectos Ambientais

2.3.1 Preocupação com a preservação ambiental

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, todos (100%) afirmaram a preocupação com a preservação ambiental (figura – 20).



Figura - 20

2.3.2 Destino do lixo orgânico e o lixo reciclável

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, um (6%), afirmou que destina adequadamente o lixo orgânico e reciclável, quatro (27%) afirmou que só às vezes e dez (67%) afirmou que não (figura – 21).

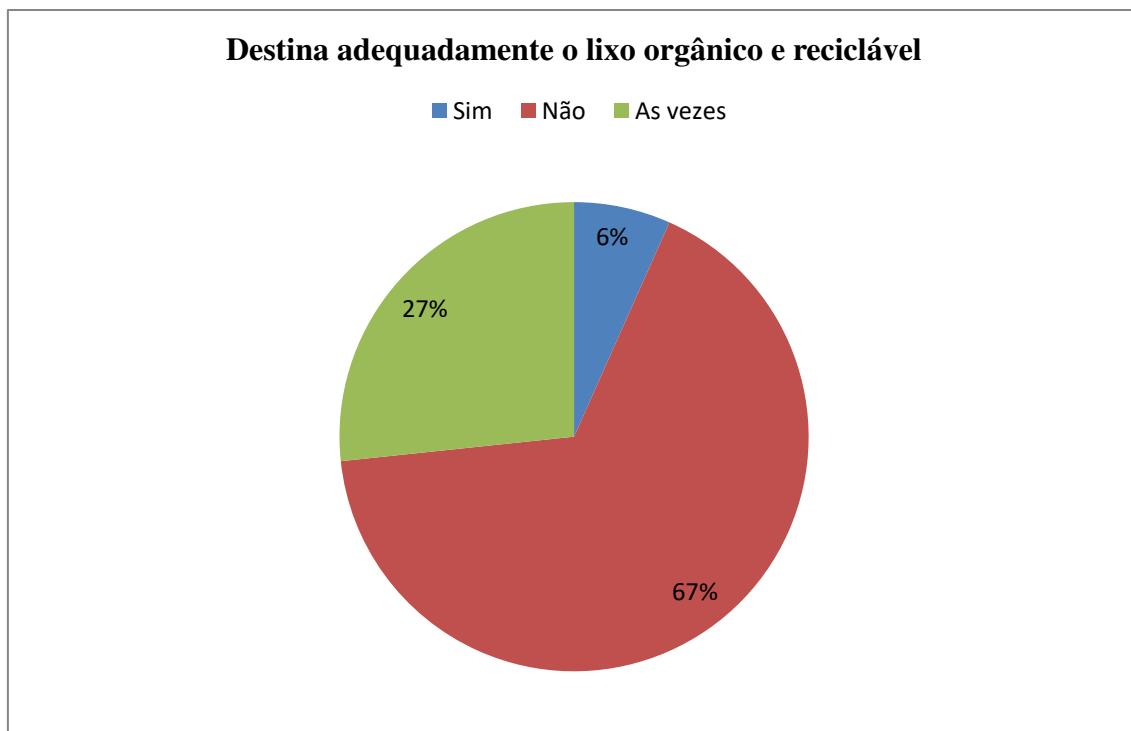


Figura - 21

2.3.3 Preservação da mata ciliar, conservando a área de preservação permanente.

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, quatro (26%), afirmou que realiza a preservação da Mata ciliar quatro (27%) afirmou que não e sete (47%) afirmou que só às vezes (figura – 22).

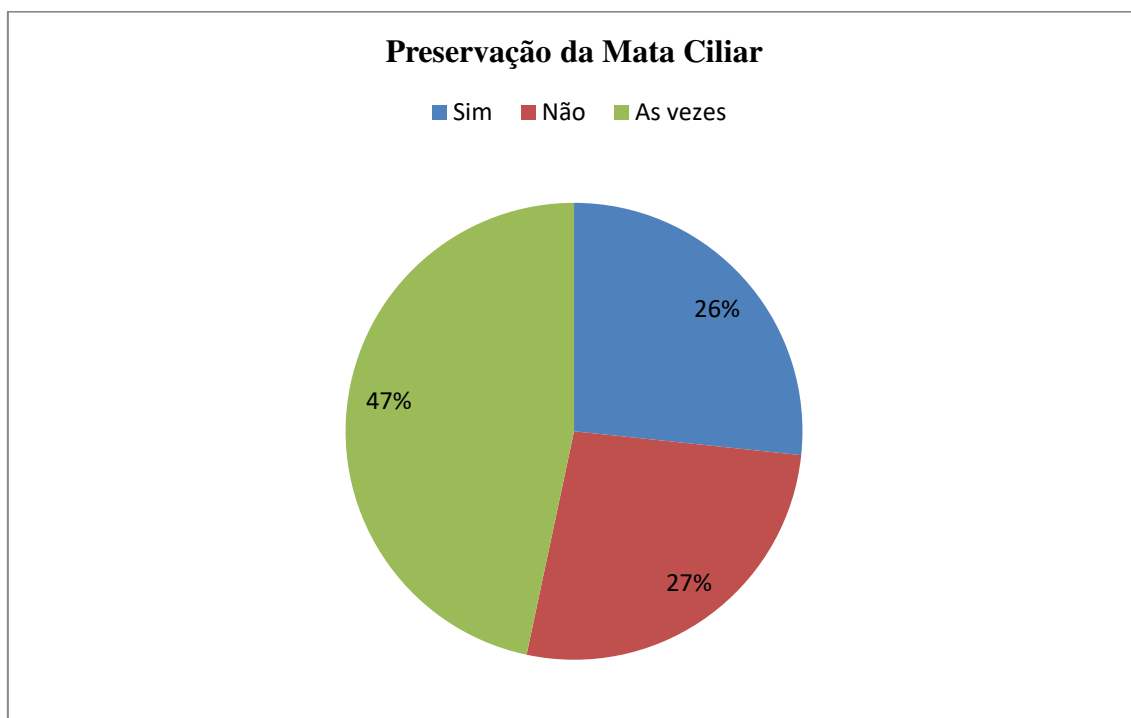


Figura – 22

2.3.4 Utilização de agrotóxicos na produção

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, sete (46%), afirmou que utiliza agrotóxicos na produção, sete (47%) afirmou que não e um (7%) afirmou só as vezes (figura – 23).

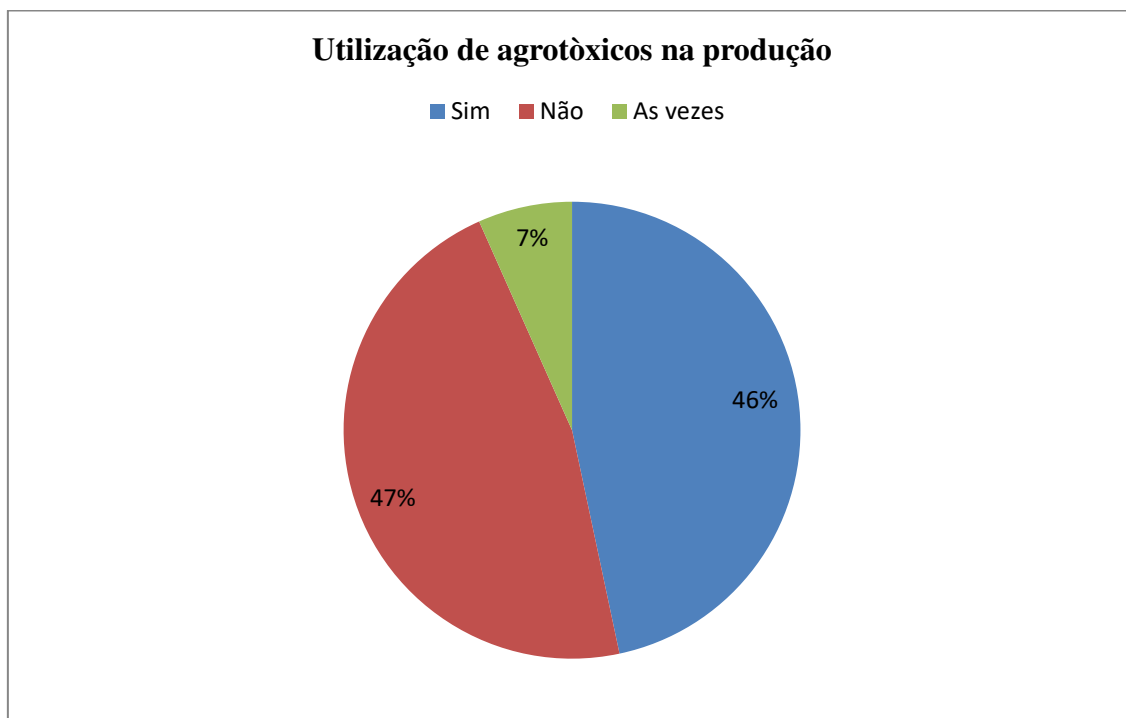


Figura - 23

2.3.5 Realização da tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, um (7%), afirmou que realiza a tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos, dez (72%) afirmou que não e quatro (21%) afirmou que só às vezes (figura – 24).

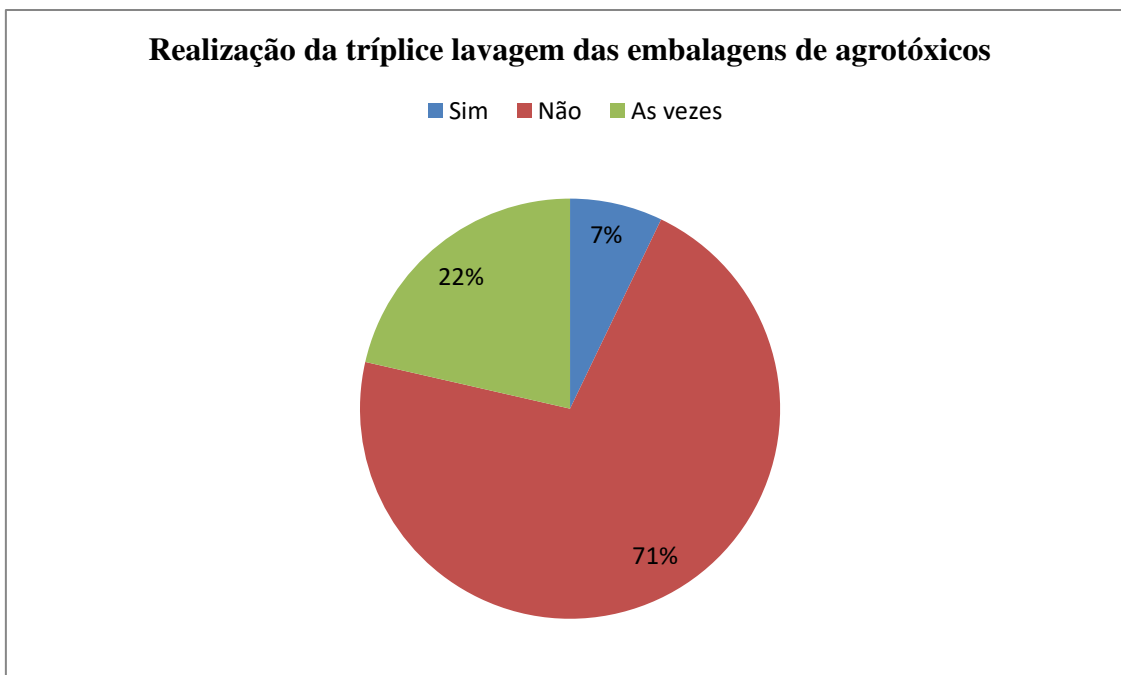


Figura 24

2.3.6 Devolução das embalagens de agrotóxicos

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, todos (100%) afirmaram que não devolve as embalagens de agrotóxicos (figura – 25).

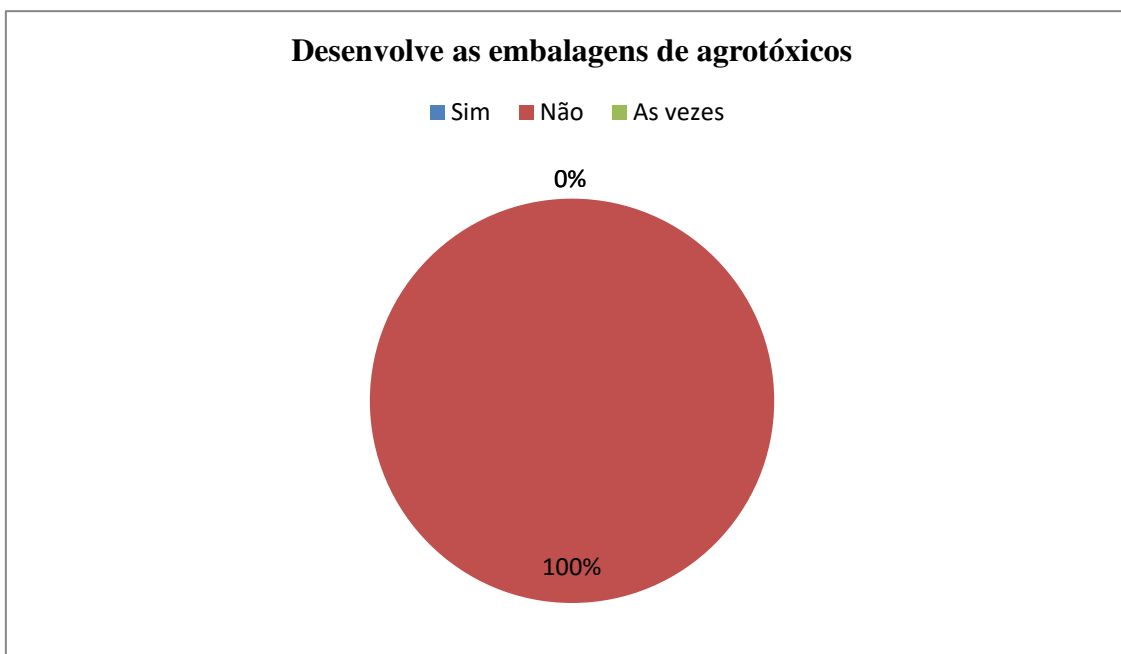


Figura - 25

2.3.7 Realização da conservação dos mananciais e fontes de água

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, nove (60%), afirmou que realiza a conservação dos mananciais e fontes de água, um (7%) afirmou que não e cinco (33%) afirmou que só as vezes (figura – 26).

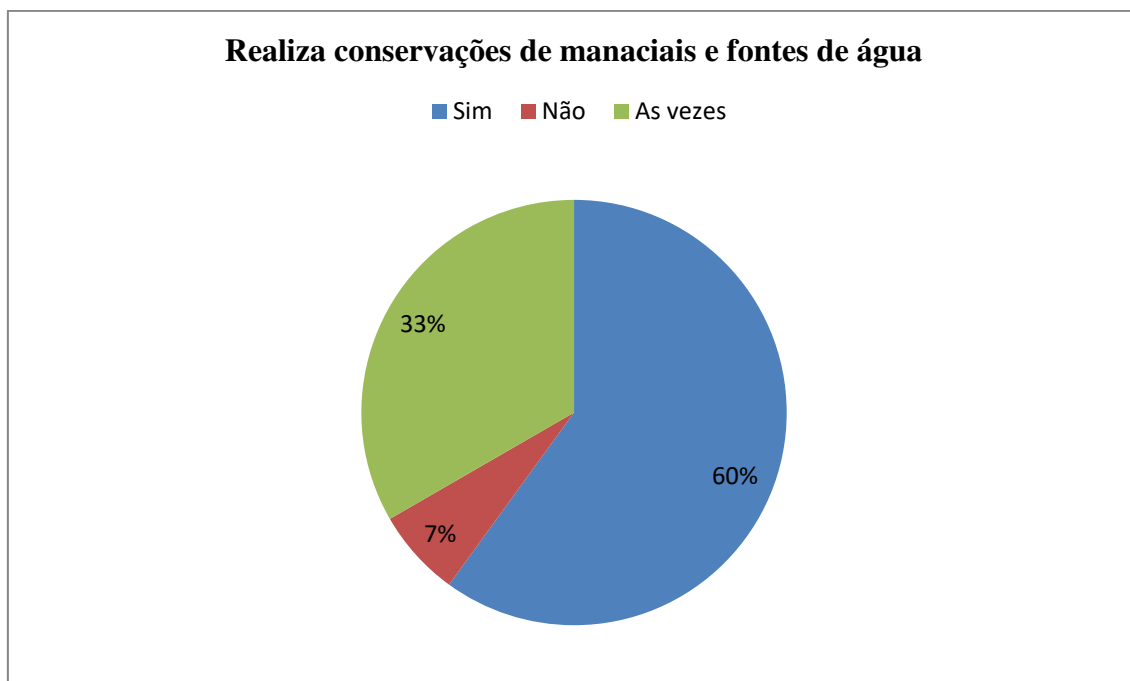


Figura – 26

5.1.3 Etapa 3 – Participação do PAA

Dos quinze agricultores familiares entrevistados, apenas um (7%) é participante do PAA e quatorze (93%) não é participante (figura – 27).

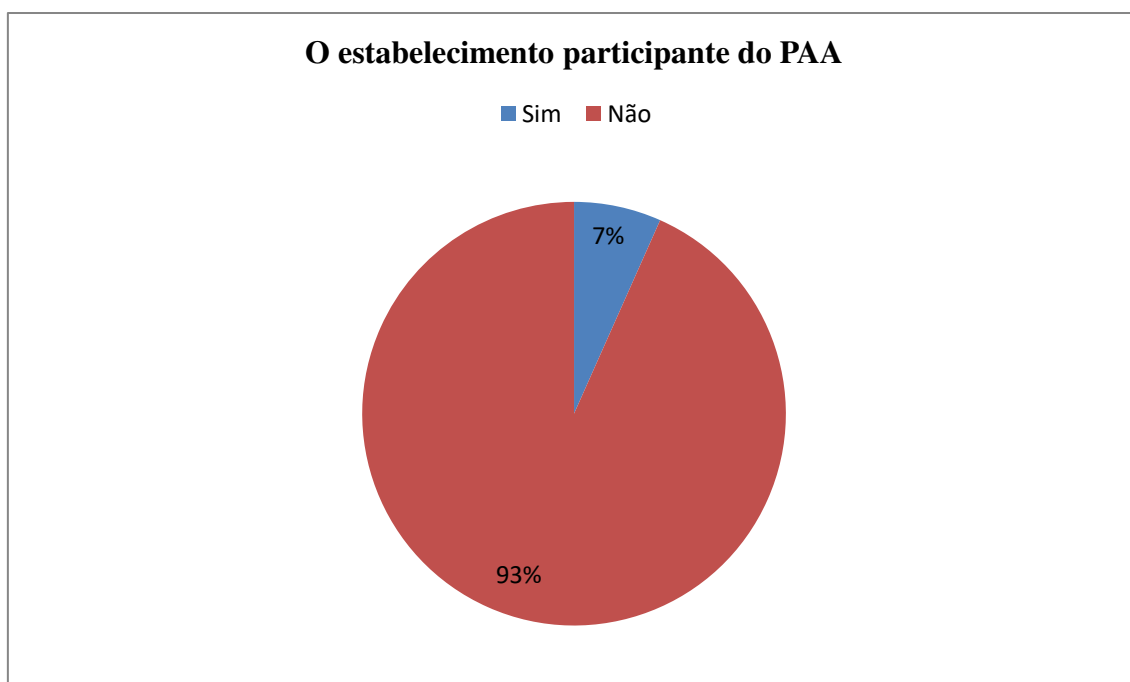


Figura – 27

Etapa 3 – Participante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Dessa forma, foram realizados então alguns questionamentos para o participante do PAA sobre as dificuldades, obrigações e satisfações nos critérios do programa (figura – 28). Dos quinze agricultores familiares apenas um é participante do PAA.

3.1 – Participante do PAA

3.1.1 Participa do programa há quanto tempo?	Mais de três anos
3.1.2. Participa de outras modalidades do PAA além da compra com doação simultânea?	Não
3.1.3 Entrega produtos orgânicos para o PAA?	Não
3.1.4. A obtenção da matéria prima é dificuldade?	Sim
3.1.5. Existem atrasos no pagamento do PAA?	Sim
3.1.6. Consideram as exigências para obtenção da DAP difíceis de cumprir?	Não
3.1.7. Há dificuldades em cumprir os prazos de entrega estipulados no PAA?	Não
3.1.8. Há dificuldades em entregar a quantidades de produtos solicitadas?	Não
3.1.9. Há dificuldades em atender os critérios de qualidades dos produtos?	Não
3.1.10. Há dificuldades para realizar o transporte dos produtos da propriedade até o	Não

local?	
3.1.11. Há dificuldades em atender as obrigações no termo de compromisso?	Não
3.1.12 Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios?	Sim

Figura - 28

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida para avaliar a Agricultura familiar por meio dos agricultores participantes do programa gerenciado pelo município de Cajazeirinhas – PB. Para atingir o objetivo geral foi feita uma avaliação dos programas governamentais no desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades rurais deste município.

Após a análise dos dados identificou-se que a agricultura familiar, acontece de fato nesse município, porém, ainda não responde a todos os princípios da sustentabilidade. Existe uma grande quantidade de agricultores familiares, onde eles trabalham com sua própria experiência, muitas vezes nem sabe que tal ação pode prejudicar o meio ambiente, se tornando contraditórios.

Por exemplo, na questão dos aspectos ambientais, todos responderam que tem grande preocupação com a preservação do meio ambiente, mas em seguida responderam que o lixo não é destinado adequadamente, ou seja, é queimado ou jogado em terrenos baldios, prejudicando assim a mata ciliar.

Entretanto, existe a assistência técnica por parte dos programas governamentais, principalmente por parte da Emater, mas falta a prática e condições para que essa técnica seja colocada em prática pelos próprios agricultores. Por exemplo, existe a orientação de que a queima de lixos é prejudicial, porém, em algumas comunidades rurais não existe a coleta do lixo.

Nesse caso os agricultores ficam sem alternativa em relação ao destino desse lixo. E outros também preferem seguir suas próprias experiências na sua produção. Mas mesmo assim, os grupos de agricultores estão satisfeitos com o apoio da assistência técnica, em relação às informações, eventos e financiamentos, principalmente os que são atendidos pelo PRONAF.

Nos aspectos econômicos, ressalta-se que a participação dos agricultores de Cajazeirinhas na agricultura familiar não se constitui como principal fonte de renda para eles, mas para acrescentar o que já se ganha com aposentadoria, e outros serviços.

No que concerne às questões de garantia e percentual de venda no mercado, ressalta-se a satisfação da maioria dos agricultores não participante e participante do PAA. Segundo eles, tanto há uma boa garantia de preços na venda da produção, quanto no percentual de venda garantida.

Assim sendo, identificou-se que a maior renda adquirida é a do agricultor participante do PAA, uma vez que, proporciona ao mesmo uma possibilidade a mais de

venda da produção, mas isso não é fator essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar dos participantes do programa.

Em síntese, com relação a este tópico destaca-se que para o entrevistado não há dificuldade para acesso e permanência no programa. Ressaltando-se a informação do próprio agricultor que já houve atraso de pagamento dos produtos entregues.

Tendo em vista a forma de operacionalização do programa, em que os gestores realizam a programação de entrega de acordo com a disponibilidade do agricultor, verificou-se que para o produtor não há dificuldades quanto a atender o prazo de entrega, qualidade dos produtos e transporte.

Outra questão que ficou evidenciada foi à percepção quanto ao preço pago pelos produtos, que para ele é satisfatório. Lembrando que dos quinze agricultores entrevistados, apenas um é participante no PAA.

Nos aspectos sociais tanto o agricultor participante do PAA quanto os não participantes informaram ter uma boa qualidade de vida, concluindo-se que, nos três aspectos, não há diferença significativa entre os grupos pesquisados. Apenas reclamaram das dificuldades da falta de chuva, mas como o inverno foi bom, a produção foi satisfatória, e assim, um ano bem melhor, acrescentaram eles.

Diante do exposto, e tendo em vista que esta dissertação foi desenvolvida para responder a pergunta de pesquisa: a forma que os programas governamentais contribuem no desenvolvimento da agricultura familiar, nos aspectos socioeconômico e ambiental no município de Cajazeirinhas.

Apesar das falhas existentes, conclui-se de forma clara que as políticas públicas/programas governamentais contribuem com o desenvolvimento da agricultura familiar nesse município, isso foi comprovado através das respostas do grupo de produtores rurais, que satisfatoriamente afirmaram que de fato a agricultura tem sido muito valorizada e eles têm sido muito favorecidos com isso. Pois mesmo diante de um período seco na região não deixaram de produzir, e isto aconteceu por esforço deles, e, principalmente pelo apoio desses programas governamentais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. (2a ed.). Campinas (SP): Editora Hucitec/Editora da UNICAMP, 1998.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- CARVALHO, Maria A. de. (2001, janeiro/março). **Políticas Públicas e competitividade da agricultura**. Revista de economia política, 21(1).
- CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; STROPASOLAS, V. L.; BÚRIGO, F. L. **Políticas públicas: o rural é mais que produzir!**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1260.pdf>>. Acesso em: 24/08/2013.
- CHADAD, Fabio R., Jank, Marcos S. & Nakahodo, Sidney N. (2006, novembro/dezembro). **Repensando as políticas agrícola e agrária do Brasil**. Revista Digesto Econômico.
- COELHO, Carlos Nayro. (2001, julho/agosto). **70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001)**. Revista de Política Agrícola. 10(3).
- ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Reforma agrária e assentamentos rurais: Perspectivas e desafios**. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD, 2011.
- <https://www.embrapa.br/agropensa/busca-de-noticias/-/noticia/27405640/a-real-contribuicao-da-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em 30/08/2018.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. 1. ed. Roma: International Land Coalition., 2012. v. 1. 62p .
- GASQUES, José G., Vieira Filho, José E. R., & Navarro, Zander. (2010). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea.
- GUANZIROLI, C. E.; BASCO, C. A. **Programa de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF. Experiências recentes bem-sucedidas no Brasil em agronegócio e desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/82/experiencias_recentes.pdf>. Acesso em 07/11/2018.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

- GODOY, Arilda S. (1995a, maio/junho). **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, 35(3).
- JUNQUEIRA, Clarissa P., & Lima, Jandir F. (2008, julho/dezembro). **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Revista Semina, 29(2).
- LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 348 p.
- LOPES, Brenner, Amaral, Jefferson N., & Caldas, Ricardo W. (2008). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG.
- MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores**, (2005). Série Estudos 11 NEAD. MDA.
- MDS - **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. (2012). Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Ascom. Recuperado em 03 setembro, 2015, de http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FIN AL.pdf. Acesso em 2018.
- MDS - **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. (2013). Compra institucional. Recuperado em 12 dezembro, 2015 de <http://mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional>. Acesso em 2018.
- MENDONÇA, Leticia. (2008, abril/junho). **Transformando burocracias para financiar os mais pobres: a evolução do Pronaf crédito grupo B**. Revista do Serviço Público, 59(2), p. 187-220. Recuperado em 11 dezembro, 2015, de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35733/transformando-burocracias-para-financiar-os-mais-pobres--a-evolucao-do-pronaf-credito-grupo-b>.
- MUELLER, Charles C. (2010, julho). **A política agrícola no Brasil: uma visão a longo prazo**. Revista de Política Agrícola, 19, ed. Especial.
- ROMANIELLO, Marcelo M., & Assis, Thiago R. P. (2015). Extensão rural e sustentabilidade: guia de estudos. Lavras: UFLA. Recuperado em 08 dezembro, 2015, de <http://www.cead.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Extens%C3%A3o-rural-Esustentabilidade.pdf>.
- RUA, Maria das Graças. (2009). **Políticas Públicas**. Brasília: CAPES: UAB. Sachs, Ignacy. (1986). Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice.
- SILVA, J. R.; JESUS, P. (2010). **Os desafios do novo rural e as perspectivas da Agricultura familiar no Brasil**. Disponível em

<<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>>. Acesso em 18/11/2012.

SILVA, Fernanda Faria. Distribuição de crédito para Agricultura Familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. Uberlândia 2006.

SOUZA-Esquerdo, Vanilde F., & Bergamasco, Sonia M. P. P. (2014, fevereiro). Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 205-222. Recuperado em 11 de dezembro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a11v52s1.pdf>.

STRASSBURG, Udo, Oliveira, Nilton M., Barchet, Isabela, Dal Pai, Camili, Ilha, Paulo. C. S., & Shikida, Pery. F. A. (2015). Produção rural e segurança alimentar no Brasil. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 3(1).

TEIXEIRA, Ana C. C., Serafim, Lizandra, Moraes, Mateus B. (2006, dezembro). Política pública como garantia de direitos. *Revista repente*.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 42-61, 2004.

Revista eletrônica do programa de pós- graduação em geografia – UFPR. Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010.

<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/viewFile/17780/11607>. Acesso em 06/09/2018.

SITES CONSULTADOS

<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>.

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>.

<http://www.fn-de.gov.br/programas/pnae>.

<http://www.mda.gov.br/pac2/>.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeirinhas/panorama>.

<http://paraiba.pb.gov.br/emater-e-prefeitura-de-cajazeirinhas-va-o-perfurar-cacimbas-na-zona-rural/>.

<http://www.semiaridosolar.eco.br/2a-feira-da-agricultura-familiar-de-cajazeirinhas/>.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR-CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS - PPGSA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM AGRICULTORES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO PAA.

Prezado Agricultor, este questionário faz parte de um trabalho de pesquisa para o mestrado da aluna Maria do Rosario Cavalcante de Almeida que procura identificar a percepção dos agricultores em relação à Agricultura Familiar no Município de Cajazeirinhas – PB.

ENTREVISTADO (A):

Etapa 1 – Caracterização do entrevistado e da atividade da propriedade

1. Perfil dos entrevistados

- A. Gênero Masculino () Feminino ()
- B. Idade? () Menos de 18 anos () 36 a 45 anos () 18 a 25 anos
() 46 a 55 anos () 26 a 35 anos () Mais de 55 anos
- C. Tipo de habitação?
() Zona Rural () Zona Urbana
- D. Qual sua ocupação?
() Agricultor(a) () Dona de casa () Nenhuma () Auxiliar de limpeza
() Professor(a) () Pescador () Porteiro () Motorista
- E. Você faz parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar
() cooperativa () associação () grupo informal
- F. Contando contigo e os membros de sua Família, quantas pessoas trabalham na produção?
() 1 até 3 pessoas () 4 á 7 pessoas () 8 á 15 pessoas () Mais de 15 pessoas
- G. Qual a faixa de lucro mensal da propriedade?
() até 1.500,00 () De 1.501,00 á 3.000,00 () De 3.001,00 á 5.000,00
() De 5.001,00 á 8.000,00 () Acima de 8.000,00
- H. Qual a principal atividade realizada na propriedade?

- () Produção de grãos (milho, soja, feijão, outros) () Pecuária leiteira
 () Pecuária de corte () Produção de hortaliças
 () Produção agroecológica orgânica () outro, qual?

I. Qual a principal forma de Comercialização dos Produtos?

- () Comercialização para PAA () Comercialização em Cooperativas,
 () Comercialização em Feiras () Comercialização em supermercados
 () Outros

J. É usuário do PRONAF? () Sim () Não

K. O PRONAF atende as necessidades do agricultor? () Sim () Não

L. Qual o percentual das necessidades de financiamento que são supridas pelo PRONAF?
 (exemplo, precisa financiar 10.000, quanto consegue com o PRONAF em %)

Etapa 2 - Aspectos sociais, econômicos e ambientais.				
Aspectos sociais				
L	Como é a capacitação e assistência técnica realizada pela Emater, cooperativa, sindicato, prefeitura ou outros?	Ótimo	Bom	Ruim
		80-100	60-80	0-40
M	Na sua visão como é o incentivo do governo federal, estadual, municipal a permanência do pequeno produtor?	Ótimo	Bom	Ruim
		80-100	60-80	0-40
N	Considera importante a destinação dos produtos comercializados, (quem irá consumi-los, escolas, restaurantes, etc.)	Ótimo	Bom	Ruim
		80-100	60-80	0-40
Aspectos econômicos				
O	Na sua avaliação nos últimos 5 anos surgiram novas oportunidades de mercados para vendas de produtos, (feiras, supermercados, PAA municipal).	Ótimo	Bom	Ruim
		80-100	60-80	0-40
P	De 0 a 100 com você avalia a garantia da venda de produção?	Ótimo	Bom	Ruim
		80-100	60-80	0-40
Q	Do total da renda, qual percentual é proveniente da venda garantida, (com preços garantidos)	Ótimo	Bom	Ruim
		80-100	60-80	0-40
Aspectos ambientais				
R	Preocupa-se com a preservação ambiental?	Sim	Não	Às vezes
		80-100	60-80	0-40
S	Destina adequadamente o lixo orgânico e o lixo reciclável?	Sim	Não	Às vezes
		80-100	60-80	0-40
T	Preserva a mata ciliar, conservando a área de preservação permanente?	Sim	Não	Às vezes
		80-100	60-80	0-40
U	Utiliza produtos agrotóxicos na sua produção?	Sim	Não	Às vezes
		80-100	60-80	0-40
U	Realiza a tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos?	Sim	Não	Às vezes
		80-100	60-80	0-40
V	Devolve as embalagens de agrotóxicos?	Sim	Não	Às vezes
		80-100	60-80	0-40
X	Realiza conservação de mananciais e fontes de água?	Sim	Não	Às vezes
		80-100	60-80	0-40

Y	O estabelecimento é participante do PAA? () Sim () Não
---	--

Etapa 3 – Participação do PAA

1. Participa do programa há quanto tempo?

- a) () Menos de um ano; b) () de um a três anos c) () mais de três anos d) () outros.

2. Participa de outras modalidades do PAA além da compra com doação simultânea?

() Sim () Não

3. Entrega produtos orgânicos para o PAA?

() Sim () Não

Dificuldades em geral

4. A obtenção da matéria prima é dificuldade?

() Sim () Não

5. Existem atrasos no pagamento do PAA?

() Sim () Não

6. Consideram as exigências para obtenção da DAP difíceis de cumprir?

() Sim () Não

7. Há dificuldades em cumprir os prazos de entrega estipulados no PAA?

() Sim () Não

8. Há dificuldades em entregar a quantidades de produtos solicitadas?

() Sim () Não

9. Há dificuldades em atender os critérios de qualidades dos produtos?

() Sim () Não

10. Há dificuldades para realizar o transporte dos produtos da propriedade até o local?

() Sim () Não

11. Há dificuldades em atender as obrigações no termo de compromisso?

() Sim () Não

12. Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios?

() Sim () Não

ENTREVISTADO (A):

ANEXOS

Plantio e colheita de hortaliças e outros produtos









Evento da Agricultura Familiar



2^a
FEIRA DA
AGRICULTURA
FAMILIAR
CAJAZEIRINHAS - PB

25/07/2018
8h30min

 **CAJAZEIRINHAS**
Governando para todos

 **AgroAmigo**
Banco do Nordeste

 **AQUI TEM**
AGRICULTURA
FAMILIAR

EMATER
PARAIBA



Comercialização de diversos produtos pelos agricultores na feira da Agricultura Familiar





Entrevista com os agricultores familiares





